

Avaneide de Araujo Xavier

**O PLANO MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE DA CIDADE DE NITERÓI:
um estudo avaliativo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cesgranrio, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Avaliação.

Orientador: Prof. Dr. Ovidio Orlando Filho

Rio de Janeiro
2018

X3p Xavier, Avaneide de Araujo.
O plano municipal de acessibilidade da cidade de Niterói: um estudo avaliativo / Avaneide de Araujo Xavier. - 2018.
73 f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ovidio Orlando Filho.
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) - Faculdade Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2018.
Bibliografia: 63-67.

1. Administração Municipal – Avaliação – Niterói (RJ).
2. Acessibilidade – Prefeitura - Niterói. I. Orlando Filho, Ovidio. II. Título.

CDD 352.16

Ficha catalográfica elaborada por Anna Karla S. da Silva (CRB7/6298)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

Assinatura

Data

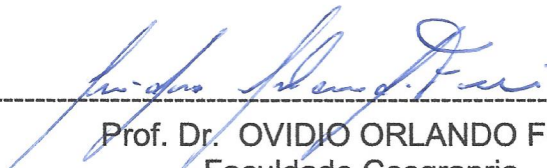
AVANEIDE DE ARAUJO XAVIER

**O PLANO MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE DA CIDADE DE NITERÓI:
um estudo avaliativo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação.

Aprovado em 26 de abril de 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. OVIDIO ORLANDO FILHO
Faculdade Cesgranrio



Prof.ª. Dr.ª LIGIA GOMES ELLIOT
Faculdade Cesgranrio



Prof. Dr. PAULO EDUARDO SANTOS DE MORAES
Universidade Estácio de Sá

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ovidio Orlando Filho, orientador e amigo, ao dedicado profissional e a sua infinita paciência, ao seu carisma, à sua sabedoria. Muito obrigada pela sua disponibilidade e pelo acompanhamento durante a execução desta dissertação.

À Prof^a. Dr^a. Ligia Gomes Elliot, por toda atenção que me dedicou durante todo o curso, pelo acompanhamento e apoio no desenvolvimento deste estudo avaliativo e pela sua honrosa participação na Banca Examinadora.

Ao Prof. Dr. Paulo Eduardo Santos de Moraes, por sua honrosa participação na Banca Examinadora.

Aos docentes do Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, pelos conhecimentos adquiridos, em especial à Prof^a. Dr^a. Lígia Silva Leite, por ter contribuído profundamente na minha visão sobre a área de Avaliação desde a entrevista do processo seletivo do Mestrado.

Aos funcionários Nilma Gonçalves Cavalcante e Valmir Marques de Paiva e aos funcionários de apoio, pelo sempre ágil atendimento.

Às bibliotecárias Anna Karla Souza da Silva e Alessandra Hermógenes, pelas contribuições a este trabalho.

Ao Prof. Carlos Alberto Serpa, ao Prof. Claudino Victor e ao Álvaro Freitas, da Fundação Cesgranrio, pela oportunidade de cursar o Mestrado e transformar um sonho em realidade.

Ao meu gerente Oscar Garcia Cunha, pela atenção e palavras de incentivo em todas as etapas do Mestrado, agradeço pelo apoio nas horas difíceis, onde me fez ver que sou capaz.

Aos meus colegas e ao corpo docente do Mestrado Profissional em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, pelo apoio e dedicação nesta jornada e por terem me acompanhado e auxiliado com suas experiências.

À Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (ANDEF), pelo apoio incondicional no processo de coleta de dados, sem o qual este trabalho não seria possível. Particularmente ao seu Presidente, o Sr. Alaor Boschetti, ao seu Diretor, Sr. João B. Carvalho e Silva, aos funcionários que gentilmente me receberam e responderam aos questionamentos sobre acessibilidade e, de modo especial, à Sra. Carmen Fogaça, por toda sua ajuda motivadora e gentileza.

À Secretária de Acessibilidade do Município de Niterói, Dra. Tânia Rodrigues, pelo seu depoimento esclarecedor sobre a acessibilidade na cidade de Niterói.

Aos demais especialistas que, com a qualidade de seus pensamentos sobre acessibilidade, contribuíram substantivamente para este estudo avaliativo.

Em especial ao meu filho, Carlos Eduardo, e aos meus pais que compreenderam a minha ausência temporária, para que eu pudesse me empenhar no Mestrado e oferecerem sempre incentivo e palavras de carinho.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

A verdadeira coragem é ir atrás dos seus sonhos mesmo quando todos dizem que ele é impossível.

Cora Coralina

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de avaliar o Plano Municipal de Acessibilidade da Cidade de Niterói, Rio de Janeiro. O Plano foi idealizado para gerar melhorias na qualidade de vida das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que vivem, trabalham, estudam ou frequentam a referida cidade. O Plano contempla oito eixos de ação social, no sentido de planejar ações para suas melhorias: Transporte Público, Saúde, Educação, Cultura, Estacionamentos, Rampas e Travessias, Assistência Social e Habitação. Os procedimentos metodológicos eleitos para nortear o estudo encontram suporte na abordagem centrada em especialistas. As análises foram realizadas por cinco especialistas em acessibilidade moradores da cidade e conhecedores do conteúdo do objeto de estudo. Os resultados alcançados mostram que o Plano, apesar de possuir boa qualidade, apresenta, ainda, alguns pontos a serem aprimorados. Assim, o Plano foi julgado como tendo apenas atingido parcialmente os objetivos nele propostos em termos da qualidade do que expõe em seu conteúdo. O estudo recomendou que o Plano Municipal de Acessibilidade passe por um processo de aprimoramento, no sentido de que a cidade de Niterói possa ter um melhor planejamento das ações voltadas para a melhorar a acessibilidade. O estudo recomendou ainda que o Plano disponibilize informações mais completas das necessidades relacionadas aos bens físicos, financeiros e de recursos humanos necessários para o desenvolvimento das atividades nele previstas.

Palavras-chaves: Inclusão Social. Plano Municipal de Acessibilidade. Município de Niterói. Avaliação. Equidade.

ABSTRACT

The objective of this study was to evaluate the Accessibility City Plan of the city of Niteroi, in the Rio de Janeiro State. The Plan was idealized to generate improvements in the quality of life of people with disability or reduced mobility who live, work, and study or frequently visit the city. The Plan contemplates eight social action axes to formulate actions and improvements: Public Transportation, Health Care, Education, Culture, Parking, Access Ramps and Crossing, Social Assistance and Housing. The methodological procedure elected to guide the study was based on the specialists' centered approach. Five specialists in accessibility, who live in the city and know the content of the object in focus, made the analysis. The results showed that the Plan, in spite of its high quality, still presents some points to be improved. Thus, the Plan was judged as having only achieved partially its proposed goals in terms of quality of what its content exposes. The study recommended that the Accessibility City Plan go through a process of improvement so that the city of Niteroi can have a better planning of actions designed to upgrade accessibility. The study also recommended that the Plan should provide fuller information of the needs related to the physical, financial and human resources that are necessary for the development of the activities foreseen in the Plan.

Key-words: Social Inclusion. Accessibility City Plan. Niterói. Evaluation. Equity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Categorias e critérios para o julgamento do Plano Municipal de Acessibilidade do Município de Niterói.....	33
Quadro 2	Níveis de atendimento do Plano às categorias da avaliação.....	34
Quadro 3	Resumo do atendimento do Plano Municipal de Acessibilidade....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANDEF	Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos
APADA	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Audição
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NBR	Normas Brasileiras
NITRANS	Niterói Transporte e Trânsito S/A
ONU	Organização das Nações Unidas
PMA	Plano Municipal de Acessibilidade
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	PESSOA COM DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E CIDADE INCLUSIVA.....	11
1.1	ACESSIBILIDADE COMO FORMA DE INSERÇÃO SOCIAL.....	12
1.2	INCLUSÃO E OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	14
1.3	ACESSIBILIDADE NO MUNICÍPIO DE NITEROI.....	17
1.4	OBJETIVO DO ESTUDO.....	18
1.5	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	18
1.6	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	19
2	O PLANO MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE: DA CRIAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO.....	20
2.1	OS EIXOS CONTEMPLADOS PELO PLANO MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE DE NITERÓI.....	22
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
3.1	ABORDAGEM AVALIATIVA.....	29
3.2	QUESTÃO AVALIATIVA.....	32
3.3	CATEGORIAS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	32
3.4	PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.....	34
3.4.1	Os estudos bibliográficos e documentais.....	35
3.4.2	Roteiro de entrevistas.....	36
4	RESULTADOS	39
4.1	CATEGORIA PROCESSO.....	39
4.2	CATEGORIA CONTEÚDO.....	42
4.3	CATEGORIA APLICABILIDADE.....	46
4.4	CATEGORIA EFETIVIDADE.....	47
4.5	CONSIDERAÇÕES GERAIS FORMULADAS PELOS ESPECIALISTAS.....	50
4.6	CONSIDERAÇÕES DA GESTORA DO PLANO.....	52
4.7	NÍVEIS DE ATENDIMENTO DO PLANO.....	55
4.8	CONCLUSÕES.....	59
4.9	RECOMENDAÇÕES	61
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista com Especialistas.....	69
	APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Secretária de Acessibilidade do Município de Niterói/RJ.....	72

1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E CIDADE INCLUSIVA

A denominação “pessoa portadora de deficiência”, como constava inicialmente no texto constitucional brasileiro, se refere a qualquer indivíduo que possua algum tipo de deficiência física, motora, intelectual ou sensorial (BRASIL, 2015b). Feijó e Pinheiro (2012), afirmam que as formas de tratamento “visam caracterizar que a deficiência está na pessoa, mas não é a pessoa”. Entre essas formas, podemos citar “pessoas deficientes”, “pessoas com deficiências”, “pessoas com mobilidade reduzida”, entre outras.

Sobre esse aspecto, os mesmos autores explicam:

Trata-se de expressões que buscam ressaltar o conceito de pessoa, diminuindo a desvantagem e o preconceito gerados por uma abordagem que, até pouco tempo, reduzia a pessoa à sua deficiência, além de caracterizar todo um grupo de indivíduos. (FEIJÓ; PINHEIRO, 2012, p. 407).

Araújo (2003, apud FEIJÓ; PINHEIRO, 2012, p. 406) defende que a ideia falha quando se fala de pessoa portadora de deficiência, pois a deficiência “não se situa no indivíduo, mas em seu relacionamento com a sociedade”. Para o autor, é o critério que definirá quem é ou não portador de deficiência. Já a definição de “pessoa com mobilidade reduzida” está prevista na Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000), que dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse instrumento legal, a pessoa com deficiência é definida como aquela que temporariamente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo.

Mais recentemente, o termo que passou a ser utilizado é “pessoas com deficiência”, terminologia adotada pelas associações de representação do Brasil (CASTRO, 2013). Esse termo consta da legislação mais atual, a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015a) que o define como, de fato, o termo a ser usado.

Em seu inciso III, a citada Lei define:

Pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas

De tal modo, pode-se inferir que pessoas com deficiência que se confrontam, rotineiramente, com certas limitações em sua vida social, possuem a qualidade de vida prejudicada. Essas limitações são evidenciadas fortemente em função dos meios de acessibilidade que lhes são destinados nos contextos em que vivem ou frequentam. Assim, os meios de acessibilidade devem ser construídos objetivando permitir a esses indivíduos as necessárias condições para viabilizar-lhes o pleno exercício da autonomia, possibilitando que participem da sociedade como quaisquer cidadãos. Além disso, visa a permitir-lhes seus desenvolvimentos ocupacionais, cognitivos, psicológicos e sociais, entre outros. Enfim, devem contribuir para sua inclusão social.

1.1 ACESSIBILIDADE COMO FORMA DE INSERÇÃO SOCIAL

O conceito de acessibilidade no contexto brasileiro tem origem na década de 1940, designando as condições de acesso de indivíduos deficientes em ambientes familiares e sociais, estando vinculado ao nascimento de alguns serviços voltados à reabilitação, tanto física quanto profissional, das pessoas portadoras de necessidades especiais (SASSAKI; 2011; WAGNER et al., 2010).

Na concepção de Lamônica et al. (2008), acessibilidade pode ser definida como a possibilidade de se utilizar, de forma segura e autônoma, os espaços e os diferentes equipamentos urbanos, considerando os meios de transporte, os sistemas de comunicação, de saúde, educacionais e de entretenimento por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, incluindo aí os idosos. Nesse aspecto, Andrade, Pacheco e Farias (2007) já afirmavam que a legislação brasileira assegura a todas as pessoas, incluindo as deficientes, serem vistas com igualdade e reconhecidas em relação às suas necessidades, sejam elas específicas ou não.

Dessa forma, pode-se inferir que quando uma sociedade se preocupa com a acessibilidade para as pessoas portadoras de necessidades especiais, ela se torna, também, acessível para todos os seus habitantes, sejam eles deficientes ou não. No contexto brasileiro, de modo geral, o conceito de acessibilidade refere-se fortemente ao direito de inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência nas localidades em que vivam ou frequenta.

Essa temática social vem sendo abordada por diferentes estudiosos interessados no assunto, podendo-se citar entre eles França e Pegliuca (2008, p. 130-

131) que, na primeira década deste século, já expressavam a preocupação com a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiências nas sociedades em que vivem, considerando seus movimentos no sentido de serem incluídas nas mesmas:

Estes indivíduos recebem esta denominação em virtude de apresentarem uma anomalia, uma perda das funções ou estruturas do corpo, incluindo as psicológicas, do que lhes resulta o enfrentamento de dificuldades específicas e susceptíveis de lhes limitar a atividade ou restringir a participação na vida social, econômica e cultural. Como a deficiência acarreta restrição da independência, as pessoas com deficiência desenvolvem um movimento com vistas a assegurar acessibilidade aos bens e serviços ofertados à sociedade plural como forma de garantir sua autonomia e cidadania.

Ao abordarem o mesmo assunto, Wagner et al. (2010, p. 57) afirmaram:

Inicialmente era descrita como condição de mobilidade e eliminação das barreiras arquitetônicas e urbanísticas, numa clara alusão às condições de acesso a edifícios e meios de transporte (ARAÚJO, 2009; TORRES, 2002). Este conceito ampliou-se e, atualmente, a acessibilidade configura-se como um paradigma da inclusão, entendendo-se que as barreiras são mais complexas e vão além da questão mobilidade.

Seguindo essa linha de pensamento, além de afirmar a grande importância da existência de ambientes sociais inclusivos no atendimento das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, Feijó e Pinheiro (2012, p. 403) asseguravam que:

Ter e ser uma cidade inclusiva, um ambiente urbano inclusivo, passa necessariamente pela ideia de uma cidade de e para todos, independentemente do tipo de deficiência, exigindo uma nova concepção de viver socialmente, sem segregação, sem barreiras. Por isso, a compreensão do que seja acessibilidade auxiliará na concretização dos direitos a ela vinculada, alterando o pensamento de que acessibilidade é simplesmente a construção de rampas.

Considerando a legislação sobre o assunto, atualmente vigente no país, acessibilidade é a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto

na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015b).

Feijó e Brito (2015) afirmam que para que uma localidade, cidade ou município possam ser considerados como possuidores de ambientes inclusivos às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, seus ambientes urbanos devem ser adequados, de forma a servir, necessariamente, a todos. Para os autores, não importa o tipo de deficiência considerado, pois a nova concepção de se viver em sociedade não deve vir acompanhada de segregação ou barreiras a qualquer tipo de cidadão. Os autores ainda asseveram que “as pessoas com deficiência devem exercer o direito fundamental a uma cidade inclusiva para que também possam viver em plenitude, usufruindo, legitimamente, dos benefícios de ser um cidadão” (FEIJÓ; BRITO, 2015, não paginado).

Corroborando o pensamento formulado pelos autores citados, a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2017) amplia o conceito de acessibilidade, afirmando que:

Acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na cidade como no campo.

1.2 INCLUSÃO E OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Na concepção de Aranha (2000), pode-se tratar do tema inclusão social de pessoas com deficiências considerando dois grandes grupos. No primeiro deles, a inclusão pode ser vista como valor, paradigma ou movimento. No segundo, ela pode ser focalizada como sendo a inclusão nos contextos político-administrativos da municipalização.

A inclusão social como valor deve sustentar-se no reconhecimento e na aceitação da diversidade na vida social. Como fundamenta Aranha (2000, p. 1), “isto significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social”. Nesse aspecto, cabe ressaltar o texto constitucional brasileiro, que reza em seu Art. 5º: “Todos são iguais

perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 1988).

Quanto a esse aspecto, deve-se considerar que, para haver igualdade entre os desiguais, é preciso que haja equidade, pois para que a igualdade seja verdadeiramente justa, ela tem que ser relativa, ou seja, o tratamento deve ser igual aos iguais, e desigual aos desiguais, de forma a que as oportunidades sejam, pelo menos, semelhantes a todas as pessoas. Nessa linha de raciocínio, Aranha (2000, p. 2) afirma que "tratar desigualmente não se refere à instituição de privilégios, e sim, à disponibilização das condições exigidas pelas peculiaridades individuais na garantia da igualdade real".

Considerando os avanços ocorridos a partir da primeira década deste século, o mundo vem apresentando grandes progressos na garantia dos direitos das pessoas deficientes. Esse fato tem como um dos seus marcos mais relevantes a *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências*, realizada na sede da ONU em 13 de dezembro de 2006. Essa Convenção teve como tema fundamental a garantia, em todos os países signatários, de assegurar o direito à igualdade para todas as pessoas com deficiência (BRASIL, 2010).

Atualmente, existem 155 países signatários da *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências*. Desses, 126 ratificaram os documentos, dentre eles o Brasil, que em 2008 confirmou as deliberações da Convenção, assumindo diversas obrigações para garantir a equiparação de oportunidades entre pessoas com ou sem deficiência em todo o território nacional.

No contexto brasileiro, visando a cumprir a Convenção da ONU, o governo do país instituiu diferentes instrumentos legais visando a regulamentar e garantir os direitos das pessoas com deficiência em todo o território nacional. Entre os citados instrumentos, destaca-se a já mencionada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015a).

No entanto, antes mesmo da institucionalização da LBI, o país já demonstrava possuir um relevante interesse pelo assunto, expresso, por exemplo, por meio da Lei nº 7.853 (BRASIL, 1989), que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social; da Lei nº 10.048 (BRASIL, 2000), que trata da prioridade ao atendimento às pessoas com necessidades específicas; e da Lei nº 10.098 (BRASIL,

2000), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Cabe destacar que a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) visou a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, tendo como objetivo sua inclusão social e respeito ao seu direito à cidadania. Esse instrumento tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estando em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do Art. 5º da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988).

Outro ponto importante a se destacar refere-se ao que consta no § 1º do Art. 2º. da Carta Magna Brasileira, no qual encontra-se expresso que:

A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I. Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II. Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III. A limitação no desempenho de atividades; e
- IV. A restrição de participação. (BRASIL, 1988).

Quanto ao envolvimento dos municípios brasileiros no desafio de estabelecer parâmetros voltados à promoção do espaço urbano acessível às pessoas possuidoras de dificuldades, em relação à acessibilidade, o Governo Federal instituiu o Decreto Federal nº 5.296 (BRASIL, 2004), que estabelece a obrigatoriedade de eliminação de barreiras arquitetônicas no ambiente das cidades. Em seu escopo, esse instrumento legal responsabiliza os municípios brasileiros pela apresentação de propostas urbanísticas compatíveis às suas peculiaridades e que estejam voltadas à inclusão de pessoas com diversificada gama de habilidades e de características.

Ainda considerando o contexto das cidades, o Governo Federal publicou a Lei nº 12.587 (BRASIL, 2012), que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que se tornou importante instrumento legal relacionado às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das cidades. O objetivo fundamental é o de integrar os diferentes modos de transporte e gerar a melhoria na acessibilidade de pessoas nos ambientes urbanos. Essa Lei tornou imperativo que os municípios brasileiros passassem a se adequar aos princípios de mobilidade urbana sustentável a todos os seus cidadãos.

O marco legal brasileiro que trata da igualdade para todos os cidadãos é, na verdade, mais amplo, colocando o poder público na condição de interveniente basilar

no processo de se assegurar que as igualdades jurídicas devem contemplar as garantias de igualdade e equidade a todos os cidadãos, incluindo aqueles possuidores de deficiências de diferentes naturezas. Dessa forma, o escopo da lei deve ser visto como uma ferramenta cuja função é a de regular a sociedade, tratando igualmente a todos.

1.3 ACESSIBILIDADE NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o Município de Niterói possui uma área de 131,8 km², uma população próxima aos 500 mil habitantes, território 100% urbano, praticamente, e ocupa o terceiro lugar no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano no país e o primeiro no Estado do Rio de Janeiro.

A cidade apresenta-se com grande destaque, inclusive em relação ao contexto brasileiro como um todo, por suas ações na implantação de políticas públicas de acessibilidade, mobilidade, andabilidade, enfim, nos processos de inclusão de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à vida social digna e com qualidade. As metas a serem atingidas pelo município para garantir os direitos das pessoas com deficiência são estipuladas pelo poder executivo da cidade por meio do instrumento intitulado Plano Municipal de Acessibilidade de Niterói, no qual, em função de diagnósticos previamente realizados, são estabelecidos os objetivos a serem atingidos nesse campo da ação social (NITERÓI, 2013a).

Cabe destacar que a administração do citado município apresenta, em sua estrutura administrativa, a Secretaria Municipal de Acessibilidade, específica para tratar o assunto, além de uma Instituição considerada de referência internacional no mesmo campo de atuação, a Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (ANDEF), órgãos contatados pela autora deste estudo e que prestaram o necessário apoio em sua condução.

O censo do IBGE, realizado em 2010, expos que 22% da população de Niterói é constituída por pessoas com algum tipo de deficiência ou dificuldade de locomoção. Caso sejam incluídos os idosos (pessoas com 60 anos ou mais), esse percentual sobe para o significativo percentual de 39% da população da cidade, cerca de 195.000 pessoas (IBGE, 2017).

1.4 OBJETIVO DO ESTUDO

O presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo avaliativo do Plano de Acessibilidade da Cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. O Plano foi concebido objetivando desenvolver, por meio de ações transversais, a promoção de condições de igualdade de oportunidades para que toda a população de Niterói possa acessar e usufruir dos equipamentos, espaços, bens e serviços públicos. O grupo social afetado pelos resultados do referido Plano são pessoas com deficiências de quaisquer naturezas, aquelas com mobilidade reduzida, considerando, também, as idosas que moram, trabalham ou visitam a cidade.

Considerando tratar-se de um documento de importância estratégica para o governo local e de elevada relevância para a sociedade niteroiense, pretende-se avaliar o citado Plano, procurando aferir o seu valor e apontando possíveis problemas ou oportunidades não detectadas que possam contribuir para melhorar a sua qualidade.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Em estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que integra o Programa Diversidade, desenvolvido pela Fundação Banco do Brasil, o então presidente da FGV afirmou que:

As pessoas com deficiências possuem limitações físicas ou mentais que muitas vezes não as incapacitam, ou provocam desvantagens para determinada atividade, mas geram estigmas individuais e coletivos. Essas deficiências individuais se apresentam como desvantagens, uma vez que estereótipos e discriminações impedem que a pessoa com deficiência tenha uma vida normal na sociedade. Uma das principais fontes de preconceitos é a desinformação existente acerca das potencialidades, desejos e dificuldades, deste grupo da população. (NERI et al., 2003, p. 8).

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade brasileira é um fenômeno dos mais relevantes a ser debatido no contexto social do país. Trata-se de um processo mais amplo do que, simplesmente, propor a integração dos grupos de pessoas com ou sem deficiência, já que é bidirecional, pois exige modificação cultural do próprio contexto social. Dessa forma, deve-se considerar que as necessidades das

peças deficientes sejam atendidas da forma mais plena possível, contando com a participação e o apoio de toda a sociedade (ARANHA, 2000).

O tema escolhido para ser desenvolvido neste trabalho está inserido na área dos estudos das políticas públicas direcionadas a apoiar pessoas com deficiências em sua vida social, considerando-se o contexto da cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. Com ele, pretende-se apreciar ações planejadas de mobilidade, acessibilidade e andabilidade constantes no seu Plano de Acessibilidade, considerando as pessoas com deficiências ou dificuldade de locomoção que vivem, trabalham ou visitam a cidade,

A cidade realiza seu planejamento estratégico no sentido de possibilitar uma boa qualidade de vida a essa parcela da população que, obviamente, necessita de atenção diferenciada por parte do governo do município, considerando que possuem mobilidade reduzida, temporária ou permanente, por possuírem deficiências de diferentes naturezas.

Assim sendo, e considerando as diversas formas de se ver e pensar o problema aqui abordado, além de colocar em evidência ainda maior esse importante problema social presente na sociedade local, considerou-se relevante a realização da avaliação do referido Plano de Acessibilidade, idealizado para gerar melhorias na qualidade de vida das pessoas com deficiências da cidade de Niterói, o segundo mais importante município do Estado do Rio de Janeiro.

1.6 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo avaliativo não teve a pretensão de considerar, em seu escopo, a preocupação com os impactos gerados pelo Plano Municipal de Acessibilidade da cidade de Niterói após a sua implementação, tendo seu foco de interesse centrado, tão somente, em seu nível de qualidade.

2 O PLANO MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE: DA CRIAÇÃO À IMPLEMENTAÇÃO

Como preâmbulo deste capítulo, e considerando os aspectos relativos à inclusão social como paradigma, são expostas as ideias formuladas nos estudos de Goffman (1961), Pessotti (1984), Silva (1987) e Aranha (2000).

O estudo da literatura mostra claramente o movimento de mudança nos paradigmas que têm caracterizado, no decorrer da história, as relações das diferentes sociedades com as pessoas com necessidades especiais, conforme exposto a seguir de forma sucinta:

a) No primeiro paradigma, o pensamento imperante é o de que a pessoa com deficiência, e por isso considerada não produtiva, seria mais resguardada se mantida em ambientes protegidos, ou seja, à margem da sociedade. Nesse paradigma o conceito predominante é o de que, confinada em lugares especiais, essas pessoas ficariam mais protegidas.

b) Já o segundo paradigma traz a concepção de que as pessoas com algum tipo de deficiência possuem condições de conviver socialmente, considerando diversas circunstâncias. Porém, têm que ser ajudadas a se adaptarem, para que se assemelhem (social e profissionalmente) da forma mais aparente possível às outras pessoas que compõem a sociedade em que vivem.

c) O terceiro paradigma, surgido e imperante nas sociedades mais desenvolvidas, considera como fundamental a convivência com equidade social, pautada na observância de respeito à diversidade, na inclusão sócio-político-profissional e em obediência aos princípios da igualdade. Ou seja, esse paradigma move-se na direção da inclusão sem barreiras, o que Aranha (2000, p. 3) entende como “o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado”.

Assim, procurando implementar no município de Niterói um processo de inclusão sem barreiras para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, as diretrizes para a elaboração do Plano de Acessibilidade de Niterói foram definidas pela Coordenadoria de Acessibilidade da cidade para serem realizadas em conjunto com os órgãos do Poder Executivo do município que, por qualquer motivo, possuam alguma relação com a melhoria da acessibilidade de pessoas com deficiência, idosos

ou outras pessoas com mobilidade reduzida que vivem, trabalham, estudam ou frequentam a cidade. Inicialmente, o citado órgão da Prefeitura Municipal realizou um estudo sobre os pontos julgados importantes a serem levantados, considerando cada eixo relacionado ao problema (NITERÓI, 2013a).

Em um primeiro momento, cada órgão envolvido teve a necessária autonomia para opinar sobre os aspectos ligados ao seu campo de atuação e alterar o que foi, por ele, considerado necessário (NITERÓI, 2013a). Nesse sentido, o Plano Municipal de Acessibilidade foi elaborado a partir das informações enviadas por cada secretaria e demais órgãos da administração local, procurando-se, com isso, torná-lo o mais abrangente e completo possível. Acrescenta-se, também, que para sua consecução foi considerado ser a cidade de Niterói, observando-se o censo de 2010 do IBGE (IBGE, 2012), o município mais adaptado do Estado do Rio, o nono do país e que possuía, na época de realização do censo, uma população de 37.305 pessoas com algum tipo de deficiência, além de 82.150 idosos.

Em um segundo passo, foi elaborado um diagnóstico por cada pasta relacionada ao problema, seguindo as orientações disseminadas pela Coordenadoria de Acessibilidade, mantendo, no entanto, a devida autonomia para a apresentação de novas ideias ou mesmo para discordar daquelas já colocadas em discussão. Após esse passo, a Coordenadoria de Acessibilidade compilou os diferentes diagnósticos dos órgãos envolvidos. Assim, os trabalhos foram concluídos e as indicações de ações indispensáveis em cada eixo em cada região do município foram catalogadas e passaram a fazer parte do Plano. Procurou-se priorizar o respeito aos direitos das pessoas, valorizando a cidadania, a autonomia e o direito de ir e vir por parte de todos (NITERÓI, 2013a).

Por meio do Plano, é apresentado um diagnóstico da situação atualmente existente no município e são estabelecidos prazos para que a cidade, por meio das ações contempladas no documento, se torne acessível para todos, independentemente de suas condições de acessibilidade física ou mental (NITERÓI, 2013a).

Para tornar possível a intencionalidade exposta no Plano Municipal de Acessibilidade, o governo local criou um grupo de trabalho constituído pelas secretarias de Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Conservação e Serviços Públicos, Executiva e Urbanismo e Mobilidade. Com isso, o Plano estabeleceu metas distribuídas por cada secretaria municipal, sendo uma delas tornar a cidade um

modelo de acessibilidade, possuidora de rotas de acessibilidade em toda a sua extensão, tendo seu no seu ponto de partida uma espécie de plano piloto, o bairro de Icaraí, localizado na zona sul da cidade (NITERÓI, 2013a).

Entre outras ações, o Plano Municipal de Acessibilidade objetivou criar cursos básicos de LIBRAS para funcionários municipais para facilitar o contato com os deficientes auditivos. A previsão foi a de começar essa ação nas secretarias de Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos, quando foi prevista uma parceria com a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) para a disponibilização de profissionais especializados nessa área (NITERÓI, 2013a).

O Plano Municipal de Acessibilidade buscou, também, a implementação da ampliação e qualificação de veículos com acessibilidade para transportar alunos com deficiência física e motora de suas residências até os seus locais de estudo ou mesmo diversão. Nesse aspecto, encontra-se incluída a ampliação da instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência em algumas praças da cidade.

Quanto ao transporte, é exigido das empresas que possuem concessão pública de condução de massa que disponibilizem ônibus com piso rebaixado, aberto dos dois lados, para continuarem a circular na cidade, além da liberação de obstáculos nas calçadas e passeios públicos (NITERÓI, 2013a).

Segundo informação prestada pela atual Coordenadoria de Acessibilidade de Niterói, a cidade também possui como intencionalidade a utilização de todo seu aparato administrativo para o apoio total ao Plano Municipal de Acessibilidade, incluindo o apoio de outros órgãos da administração municipal da cidade, conforme já citado neste estudo.

Assim, esse Plano reúne metas consideradas prioritárias para o atendimento das pessoas deficientes e com mobilidade reduzida em todas as áreas, incluindo os deficientes auditivos, intelectuais e visuais, de forma a tornar a cidade de Niterói referência nacional na integração social dessas pessoas para que as mesmas passem a participar de uma sociedade que as trate de forma digna, com igualdade e equidade.

2.1 OS EIXOS CONTEMPLADOS PELO PLANO MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE DE NITERÓI

A Administração Pública do Município de Niterói procurou apresentar um diagnóstico da situação atual sobre a acessibilidade das pessoas com deficiências e

estabelecer metas para que a cidade possa se tornar acessível a todos. É ressaltado no Plano que o mesmo foi produzido procurando-se respeitar o direito de ir e vir dos cidadãos niteroienses, além de seguir, rigorosamente, o estipulado na legislação brasileira que trata do tema. No entanto, cabe observar que foi seguido, principalmente, o exposto na convenção sobre o direito das pessoas com deficiência, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949 (BRASIL, 2009), que possui equivalência de Emenda Constitucional.

Na elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade, a administração do município privilegiou oito áreas prioritárias no atendimento aos seus objetivos: o atendimento às suas necessidades de saúde, a educação inclusiva, a assistência social de acordo com as necessidades de cada pessoa, o acesso à cultura, os estacionamentos de veículos, a adaptação dos transportes públicos às necessidades das pessoas com deficiências, os acessos às rampas e travessias, e a habitação para esse grupo social.

Inicialmente, a Coordenadoria Municipal de Acessibilidade da cidade levantou os pontos que considerou mais relevantes a serem estudados, considerando diferentes eixos de ação. Foram, então, elaborados instrumentos de pesquisas que foram encaminhados às secretarias envolvidas na implementação do Plano para que os citados órgãos optassem sobre o mesmo em cada área específica de ação da administração pública da cidade.

Em seguida, cada secretaria apresentou um diagnóstico sobre as suas possibilidades de ação, acrescentando, em alguns casos, novas informações que julgaram importantes para a consecução do Plano.

Com os diagnósticos em mãos, a Coordenadoria de Acessibilidade realizou a compilação dos dados obtidos na pesquisa e emitiu um documento que apresentava a situação real da cidade em relação ao assunto acessibilidade. Assim, o Plano Municipal de Acessibilidade foi elaborado contemplando as ações consideradas indispensáveis em cada eixo em cada região do município e dentro do que a realidade administrativo-financeira permitia executar.

Os principais objetivos a serem alcançados, de acordo com o constante no Plano Municipal de Acessibilidade de Niterói, são:

➤ **Atendimento às necessidades de saúde**

Segundo consta no Plano Municipal de Acessibilidade:

A assistência à saúde e a reabilitação clínica são condições decisivas para incluir na sociedade a pessoa com deficiência. O Plano Municipal de Acessibilidade sugere ações que com certeza irão promover melhoria da qualidade de vida e estimular a independência do indivíduo com deficiência na prática de suas atividades diárias. (NITERÓI, 2013a, não paginado).

Nesse eixo, o principal objetivo é o de oferecer acesso universal ao Sistema Único de Saúde a toda a população local, cumprindo o prescrito na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. Esse aspecto reforça a necessidade de se oferecer às pessoas com deficiência acesso a todos os bens e serviços de saúde, sem que haja qualquer tipo de discriminação. No Plano, é expresso o que se propõe em relação a esse eixo, considerando-se as metas a serem alcançadas em aspectos como acessibilidade arquitetônica e atendimento à saúde.

➤ **A educação inclusiva**

De acordo com o Plano Municipal de Acessibilidade:

Várias são as leis que abordam a questão da educação das pessoas com deficiências no Brasil, inclusive a Constituição Federal de 1988. Elas são unânimes em afirmar que a educação é direito de todos e dever do Estado e que esses alunos devem ter sua matrícula e permanência garantidas, preferencialmente, na rede regular de ensino, recebendo o apoio necessário no contra turno nas escolas onde estudam ou em instituições especializadas. (NITERÓI, 2013a, não paginado).

Nesse eixo, o município procurou contemplar em seu Plano o que discrimina a legislação brasileira sobre a questão das pessoas com deficiência no Brasil. Segunda consta no Plano, toda legislação foi detalhadamente estudada, sendo considerado que a educação, assim como a saúde, é direito de todos e dever do Estado, tendo os alunos com necessidades especiais o direito de receber o apoio necessário em todas as unidades de ensino, especializadas ou não.

Para que a existência de leis possa resultar na melhoria das condições de vida desse seguimento populacional, o Plano contempla a necessidade e o planejamento de políticas públicas eficientes e eficazes, tendo como objetivo elaborar um planejamento de educação inclusiva, a partir de diagnóstico de onde a cidade se encontra e aonde ela pretende chegar.

As metas a serem atingidas em relação à educação estão expressas no Plano e foram estipuladas após a realização de uma pesquisa que procurou contemplar as necessidades da cidade nesse importante campo de ação social do governo local.

➤ **A assistência social de acordo com as necessidades de cada pessoa**

Em relação a esse eixo, no Plano Municipal de Acessibilidade, é expresso, em relação à formulação de uma política voltada para a preservação, segurança e dignidade de todos, que:

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as definições da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), preconizados pela política Nacional de Assistência Social, os municípios têm que trabalhar com a interlocução, intercâmbio, parceria, descentralização e demais ações agora propostas. (NITERÓI, 2013a, não paginado).

Esse eixo possui o objetivo de formular uma política direcionada para a preservação, a segurança e a dignidade de todas as pessoas possuidoras de necessidades especiais. Seguindo o preconizado na Política Nacional de Assistência Social, observando-se o que determina o Sistema Único de Assistência Social e as definições da Lei Orgânica da Assistência Social, o propósito desse eixo é o de identificar as pessoas com deficiência em situação de risco social, e propor ações que permitam sua inclusão social plena.

➤ **A habitação**

Nesse eixo, o Plano Municipal de Acessibilidade preconiza que:

A garantia da habitação para a população precisa ser uma das principais preocupações dos gestores municipais. A construção de habitações de interesse social realizada com dinheiro público precisa ser planejada dentro da norma de acessibilidade (NBR 9050) para atender às pessoas com deficiência físico-motora e/ou mobilidade reduzida. É importante lembrar que as pessoas podem adquirir deficiências a qualquer momento ou durante a terceira idade. (NITERÓI, 2013a, não paginado).

Desse modo, o Plano Municipal de Acessibilidade, considerando esse eixo, tem por objetivo garantir às pessoas com deficiências o direito à moradia adequada à sua

condição física. É primordial que o município se preocupe em contemplar com residências acessíveis as pessoas que possuem deficiência físico-motora.

➤ **O acesso à cultura**

Nesse eixo, no Plano Municipal de Acessibilidade consta que:

O patrimônio cultural brasileiro, segundo a definição dada pela Constituição Federal em seu Art. 216, caput, compreende os bens de natureza material e imaterial, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo-se as edificações e os conjuntos urbanos. (NITERÓI, 2013a, não paginado).

Os projetos de acessibilidade em bens culturais imóveis são contemplados no Plano de forma a resultar em uma abordagem global que preveja intervenções as quais possam garantir acesso às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida por meio de uma rota acessível que interligue todos os espaços e atividades abertas ao público em geral.

Houve, também, a preocupação com os demais aspectos relevantes nos processos de acessibilidade aos bens culturais da cidade, como por exemplo, serviços e equipamentos de uso geral, ambientes sanitários, telefones públicos, estacionamentos com vagas adequadas, além de lugares específicos em auditórios. Todos esses aspectos estão previstos para serem disponibilizados com as devidas sinalizações padronizadas, de acordo com normas internacionalmente conhecidas.

➤ **Os estacionamentos de veículos**

Em relação a esse aspecto, no Plano Municipal de Acessibilidade, consta que “é perceptível que a falta de demarcação de vagas para as pessoas com deficiências e mobilidade reduzida ocasiona transtorno na vida das pessoas” (NITERÓI, 2013a, não paginado).

Nesse eixo, o Plano tem o objetivo de garantir o acesso às vagas nos estacionamentos externos e internos das edificações de uso público e/ou uso coletivo para todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O Plano estipula um percentual de 2% de vagas para essa finalidade em todos os lugares citados, além de, pelo menos, uma vaga em local próximo à entrada principal dos prédios. Tudo de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

➤ **A adaptação dos transportes públicos às necessidades das pessoas com deficiências**

Em relação a esse eixo, no Plano Municipal de Acessibilidade encontra-se registrado que:

A adaptação aos serviços de transporte é essencial nas cidades, constituem direito e desenvolvem um papel social, ao democratizar a mobilidade urbana. E garanti-la em seu pleno acesso é um dos desafios para os órgãos competentes. (NITERÓI, 2013a, não paginado).

Esse eixo tem o objetivo de garantir a acessibilidade nos transportes públicos às pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção. A cidade de Niterói passou nos últimos anos por um processo de verticalização urbana, com um vertiginoso aumento no número de prédios e conseqüente aumento da população. Essa situação ocasionou uma precarização na oferta de transportes públicos de qualidade e acessíveis para todos, principalmente para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Assim sendo, o Plano Municipal de Acessibilidade possui esse eixo como um de seus principais interesses.

➤ **Os acessos a rampas e travessias**

Considerando esse eixo, no Plano Municipal de Acessibilidade, é preconizado que:

O direito de “ir e vir” é garantido através do artigo 5º da Constituição Federal brasileira, ou seja, qualquer pessoa, livre ou não de deficiência ou mobilidade reduzida, deve ter o direito de acessar os espaços públicos e privado de forma geral. (NITERÓI, 2013a, não paginado).

O Plano Municipal de Acessibilidade, com relação a esse eixo, tem o objetivo de possibilitar a circulação com autonomia e segurança a todos os cidadãos, enquanto pedestres. Qualquer pessoa, livre ou não de deficiência ou mobilidade reduzida, deve ter garantido o direito de acessar os espaços públicos e privados de forma geral. Atualmente, percebe-se que esses espaços perdem a sua funcionalidade devido a três fatores: sua inadequação aos padrões normativos de acessibilidade, seu péssimo estado de conservação e ausência da integração entre calçadas adjacentes.

Em virtude de a calçada ser responsabilidade do proprietário do imóvel, muitas vezes oferece margem a críticas, pois via de regra os proprietários não se preocupam com a integração de sua calçada com as de seus vizinhos. Esse fato implica problemas de acesso, principalmente para as pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida. Assim sendo, pode-se concluir pela existência da necessidade de um planejamento urbano no nível da qualidade das calçadas, de forma a torná-las mais acessíveis. Da mesma forma, esse problema também ocorre em relação às rampas existentes na cidade.

Segundo a Secretária de Acessibilidade e Coordenadora do Plano Municipal de Acessibilidade, Tânia Rodrigues, a partir dos resultados dos estudos da situação do município, cada secretaria estipulou metas de curto, médio e longo prazos a serem cumpridas até 2016, afirmando que a acessibilidade é uma prioridade da cidade e que: “Niterói tem todas as condições de ser referência nacional de cidade adaptada. Vamos fazer com que os deficientes, idosos e as pessoas com mobilidade reduzida possam usufruir da cidade como qualquer morador”.

Em sequência ao estabelecimento dos citados objetivos, foram formuladas as respectivas metas a serem atingidas para a implementação do Plano Municipal de Acessibilidade pelo governo de Niterói. Esse processo foi definido e conduzido pela Coordenadoria de Acessibilidade do Município. As diretrizes, então estabelecidas, foram traçadas para serem efetivadas por diferentes órgãos da administração municipal, definidos no Decreto nº 11.354 (NITERÓI, 2013b). Inicialmente, a Coordenadoria Municipal de Acessibilidade realizou um levantamento dos pontos que julgou importantes a serem pesquisados por cada eixo, indicando que cada órgão envolvido tivesse a necessária autonomia para emitir juízos de valor e modificar o que pudesse ser considerado necessário.

Foram, então, elaborados instrumentos de pesquisa que foram respondidos por cada órgão envolvido no processo de criação do Plano Municipal de Acessibilidade. Assim sendo, após a realização das necessárias análises dos resultados da pesquisa realizada, o Plano foi construído a partir das informações enviadas individualmente pelos órgãos respondentes. Logo após, foi dado início à definição das metas, no sentido de ser alcançado o desejado sucesso na implementação do Plano. Cada órgão respondente, e envolvido em sua implementação, elaborou um cronograma de ações com seus respectivos prazos de conclusão.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo da dissertação são expostos os procedimentos metodológicos seguidos para a realização deste estudo avaliativo. Nele estão contempladas a abordagem avaliativa, a questão avaliativa e as categorias e critérios utilizados para nortear o estudo e conhecer o nível de atendimento aos critérios discriminados no Plano Municipal de Acessibilidade, considerando a visão a respeito do mesmo, formulada por cinco especialistas em acessibilidade. São apresentados, também, aspectos ligados às pesquisas bibliográfica e documental, representadas por pensamentos formulados por especialistas no tema, além de consultas e análises da legislação internacional, nacional e local sobre o assunto. Por fim, são descritos aspectos ligados à construção e à aplicação dos roteiros de entrevistas, considerando sua construção e aplicação.

3.1 ABORDAGEM AVALIATIVA

De acordo do Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), a abordagem da avaliação centrada em especialistas depende, de forma básica, de um profissional que possua notório conhecimento ou vivência em relação ao que se está avaliando, seja um programa, uma instituição, uma atividade ou, como é o caso deste estudo, um plano estratégico de natureza social.

Embora haja certa subjetividade em qualquer tipo de avaliação, para Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 180), esse tipo de abordagem “é claramente diferente devido à dependência direta e declarada de juízos profissionais subjetivos como estratégica básica de avaliação”. Os mesmos autores afirmam que o conhecimento especializado sobre o objeto de estudo pode ser oferecido tanto por especialista no objeto investigado quanto por outro tipo de profissional. A escolha deve considerar o que a pessoa pode oferecer em termos de conteúdo ou procedimentos em relação ao que se está avaliando.

Outro aspecto a ser considerado na utilização desse tipo de abordagem é que:

Em geral, uma única pessoa não dispõe de todo conhecimento necessário para fazer uma avaliação de forma adequada. Uma equipe de especialistas que se complementam mutuamente tem muito mais probabilidade de fazer uma boa avaliação. (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 180).

Dessa forma, nesse tipo de abordagem o objeto de estudo é avaliado nas formas subjetivas, considerando os valores e as necessidades dos indivíduos ou grupo de indivíduos a serem atendidos por determinado produto, medindo e ajuizando essa multiplicidade de julgamentos e critérios.

Considerando a avaliação de um produto, na visão de Chianca, Marino e Schiesari (2005), deve-se buscar informações úteis sobre o mesmo, de forma ao melhor atendimento das necessidades das pessoas por ele afetadas, ou outros interessados. A finalidade é a de ajudá-los, sugerindo melhoras no produto, em relação ao que mais bem possa atender às suas necessidades.

Segundo Scriven (1960 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 167), os principais indicadores para se avaliar quaisquer produtos são:

- Evidência de ter alcançado importantes objetivos educacionais.
- Evidência de haver alcançado importantes objetivos não educacionais (como objetivos sociais).
- Resultados do acompanhamento.
- Efeitos secundários e imprevistos [...] acidentais, positivos ou negativos.
- Alcance da utilidade (isto é, para quem o produto vai ser útil).
- Considerações morais (usos injustos de punição ou conteúdo controvertido).
- Custos.

Assim, no sentido de enriquecer este estudo, seu desenvolvimento levou em consideração não somente a visão que os especialistas têm do Plano Municipal de Acessibilidade da cidade de Niterói, mas também análises realizadas pela autora do estudo, e, ainda, a opinião sobre o Plano avaliado, emitida pela Secretária de Acessibilidade de Niterói. Procurou-se, com isso, ter-se a compreensão profunda dos aspectos específicos relacionados ao objeto de estudo com todas as suas influências contextuais.

As realidades foram representadas com toda a sua multiplicidade e complexidade, considerando que “as pessoas veem as coisas e as interpretam de forma diferente [...] e nenhuma perspectiva é aceita como verdade” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 227).

Considerando o tipo de abordagem utilizada para nortear este estudo, e de acordo com a visão de Chianca, Marino e Schiesari (2005), procurou-se conhecer os aspectos do Plano, no sentido de se apreciar o que é essencial saber sobre sua

construção. Nesse ponto, seguindo o pensamento inicialmente formulado por Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), foi proposta a utilização de alguns critérios fundamentais considerados na ocasião de se avaliar o objeto estudado, como suporte no processo de se avaliar a sua qualidade. Esses critérios podem ser agrupados em quatro categorias de informações: de processo, conteúdo, aplicabilidade e efetividade.

Esses critérios apresentam dois benefícios principais. Primeiramente, por meio de sua realização, surge a possibilidade de amplo acesso às informações relevantes no processo de tomada de decisão sobre a necessidade, ou não, de se trabalhar nas melhorias do produto, mesmo após sua adoção. Nesse aspecto, considera-se, inclusive, a facilidade de acesso às informações sobre o produto por pessoas ou organizações que possuam escassez de tempo e recursos para esse fim, mas são afetadas por sua implementação. No caso de um produto já terminado e cuja utilização ou consumo já teve seu início, deve-se levar em consideração o estudo de sua qualidade, no sentido de atender aquilo a que propõe de forma que melhor atenda a seu grupo de consumidores/usuários. Em segundo lugar, possibilita à sociedade acesso aos conhecimentos sobre os critérios adequados na ocasião em que necessitam optar por sua utilização (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

De tal modo, essa metodologia avaliativa é possuidora de grande utilidade, conforme afirmam Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 195):

As abordagens da avaliação centradas em especialistas enfatizaram o papel crucial do parecer do especialista e da sabedoria humana no processo avaliatório e concentraram a atenção em questões importantes como os padrões (e graus de publicidade) que devem ser usados na apresentação de juízos sobre programas.

Portanto, esse tipo de processo avaliativo gera dados relevantes que permitem às pessoas ou aos órgãos responsáveis pelo objeto avaliado não ficarem indiferentes às reais necessidades apresentadas em relação às considerações formuladas pela avaliação (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). Ou seja, esses atores podem utilizar de modo oportuno o *feedback* formulado pelos especialistas para realizarem as modificações que se fizerem necessárias no citado objeto de estudo.

3.2 QUESTÃO AVALIATIVA

No tocante à condução de uma avaliação, Cronbach (1980) considera que o avaliador não deve objetivar, mas apenas trabalhar no sentido de identificar as variáveis que serão analisadas. E, principalmente, possuir conhecimentos próprios sobre o tipo do fenômeno investigado. Em seguimento a essa linha de raciocínio, Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) afirmam que a questão avaliativa possui o propósito de orientar a avaliação no processo do alcance de seu objetivo, oferecendo suporte em relação ao que será investigado e julgado.

De tal modo, o avaliador deve procurar conhecer o objeto de estudo em questão, buscando aprofundar-se nas características do problema investigado, conhecendo seu processo de criação ou desenvolvimento e sua história, visando a identificar os sempre indesejáveis efeitos colaterais que, de alguma forma, possam causar possíveis danos no alcance de suas metas e de seu objetivo.

Dessa forma, a formulação da questão avaliativa torna-se fundamental, pois complementa e direciona o processo investigativo, permitindo que o autor mantenha o foco da avaliação. Assim, ao final deste processo avaliativo pretende-se responder à seguinte questão norteadora deste estudo:

Até que ponto o Plano Municipal de Acessibilidade de Niterói contempla os objetivos pelos quais foi proposto, no sentido de orientar as políticas públicas implantadas para o atendimento das pessoas com deficiência ou que possuam mobilidade reduzida na referida cidade?

3.3 CATEGORIAS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Os critérios adotados para nortear este trabalho foram estabelecidos em função do objeto de estudo, no referencial bibliográfico e documental consultados.

O Quadro 1 foi construído no sentido de contemplar as quatro categorias sugeridas por Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) e Chianca, Marino e Schiesari (2005): Informações de Processo, Informações de Conteúdo, Informações de Aplicabilidade e Informações de Efetividade. Por meio das categorias, pretende-se verificar o nível de atendimento dos oito eixos do Plano de Acessibilidade de Niterói de modo associado, ou seja, considerados em conjunto (Transporte Público, Saúde, Educação, Cultura, Estacionamento, Rampas e Travessias, Assistência Social e Habitação).

Quadro 1 - Categorias e critérios para o julgamento do Plano Municipal de Acessibilidade do Município de Niterói

Categorias	Critérios
Processo	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano deve ter clareza na apresentação de seus principais parâmetros, da estratégia seguida nos processos de produção, ser adequado e exequível, com o propósito de expor como será o desenvolvimento das atividades. • O Plano deve expor as necessidades em termos de materiais, equipamentos, e recursos financeiros a serem utilizados no desenvolvimento das atividades previstas. • O Plano deve expor claramente a disponibilidade do pessoal técnico especializado necessária a sua execução.
Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano deve esclarecer os resultados esperados com sua utilização, considerando aspectos como clareza, orientações para utilização, recomendações, caso necessário, do uso de materiais considerados como especiais. • O Plano deve contemplar a necessidade de realização de uma avaliação prévia, realizada por especialista de cada Eixo.
Aplicabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano deve ser claro ao expor aspectos de sua aplicação e uso, abordando possíveis necessidades de treinamento para utilizá-lo.
Efetividade	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano deve estabelecer o contato necessário com os órgãos da administração pública do Município de forma a garantir que as atividades previstas poderão, efetivamente, ser implantadas conforme o planejado, considerando a motivação das pessoas envolvidas nos processos de produção.

Fonte: A autora (2018, adaptado de CHIANCA; MARINO; SCHIESARI, 2005).

Considerando cada categoria expressa no Quadro 1, foram realizadas análises relacionadas ao Plano Municipal de Acessibilidade por cinco especialistas. Os resultados das respectivas análises foram fundamentados nas respostas formuladas nas entrevistas realizadas pela autora do estudo com os mesmos.

Nesse sentido, a autora deste estudo também realizou uma leitura detalhada do Plano e concretizou, em complemento às opiniões formuladas pelos especialistas, análises complementares sobre cada uma de suas categorias, sendo, então, determinados seus níveis de atendimento.

Por se tratar de uma avaliação externa de caráter somativo, a autora do estudo utilizou de seus conhecimentos, acadêmico e individual, para trazer consigo uma perspectiva imparcial, mesmo considerando a possibilidade de a mesma ter um caráter sutil, em função de procurar não somente complementar os pensamentos formulados pelos especialistas, como também obter um maior detalhamento sobre as características do objeto de estudo. O propósito foi o de chegar a conclusões mais

detalhadas possíveis sobre os eixos contemplados no Plano Municipal de Acessibilidade.

Salienta-se, também, que o citado detalhamento foi necessário, em virtude de as entrevistas formuladas terem sido limitadas em seu tempo de realização, no sentido da disponibilidade dos entrevistados.

Os níveis de atendimento aos critérios foram classificados em: atendido, atendido parcialmente e não atendido. Cada nível de atendimento teve suas origens nas análises que, após classificadas por critérios estabelecidos pela autora do estudo, procuraram justificar a formação dos juízos de valor expressos para cada categoria.

Apesar de, como colocado anteriormente, os critérios estabelecidos para o julgamento do Plano serem subjetivos e determinados pela autora do estudo, alguns aspectos foram obedecidos como expresso no Quadro 2.

Quadro 2 - Níveis de atendimento do Plano às categorias da avaliação

Nível de Atendimento	Fatores de Definição
Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos quatro especialistas classificaram a categoria como atendida pelo Plano.
Parcialmente Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Dois especialistas classificaram que os critérios estabelecidos para avaliar cada categoria no Quadro de Critérios foram atendidos e os demais como não atendidos; e • Pelo menos quatro especialistas o classificaram como Parcialmente Atendido.
Não Atendida	<ul style="list-style-type: none"> • Quando não ocorrer qualquer das situações anteriores.

Fonte: A autora (2018).

3.4 PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

Para a consecução deste trabalho, inicialmente foram realizadas consultas bibliográficas e documentais, seguidas por realizações de entrevistas com atores que possuem relevância no contexto em que se insere o objeto deste estudo.

Assim sendo, as realizações das análises bibliográficas e documentais e das entrevistas foram instituídas como as técnicas eleitas para a consecução do trabalho de campo deste estudo avaliativo. Foi observado o fato de que o método empregado representa uma linguagem e, ao mesmo tempo, a soma das linguagens elencadas para serem empregadas no estudo.

As citadas técnicas, juntamente com a realidade investigada, objetivaram elucidar o que foi questionado no estudo. Essa técnica, de acordo com Lüdke e André (1986), permite que, de certa forma, seja assegurada uma maior consistência nos resultados alcançados, pois proporciona, também, certa validação dos dados recolhidos.

3.4.1. Os estudos bibliográficos e documentais

O estudo bibliográfico foi fundamentado em material publicado em livros, revistas e artigos acadêmicos relacionados ao assunto do estudo, considerando que “a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto” (GIL, 1987, p. 40).

A bibliografia utilizada considerou autores que, de alguma forma, pudessem contribuir para a sustentação teórica do estudo, tanto do ponto de vista conceitual quanto de políticas, experiências e propostas que possibilitassem uma maior compreensão do Plano avaliado.

Levando em conta os estudos realizados nos documentos, na perspectiva de Lemos e Cardoso Junior (2009), considerou-se neste trabalho que as questões são formuladas pelo investigador ao próprio documento, passando, então, a ter a mesma importância dele, pois a questão e a sua resposta, de certa forma, passam a fazer parte do documento que lhes deu origem, por se tratar de nova fonte de conhecimentos que dele se originou. O documento, por sua vez, é o resultado do esforço de indivíduo ou grupo de indivíduos em relatar a ocorrência de um fenômeno, difundir determinada norma, regulamento ou lei, etc. Ou seja, é um produto da sociedade.

Segundo Lemos e Cardoso Junior (2009), a análise documental pode ser classificada como uma técnica importante nos estudos de cunho qualitativo, pois complementa os dados e as informações de outras técnicas por meio da revelação de novos aspectos existentes no contexto daquilo que se investiga.

Desta forma, esse estudo documental assemelhou-se ao que ocorreu no bibliográfico, diferenciando-se em relação às fontes, por se tratar de documentos que não tiveram tratamento analítico como, por exemplo, documentos oficiais

pertencentes à legislação brasileira, como a Constituição do País, leis ordinárias de caráter geral e, especificamente, sobre acessibilidade, além do Plano Municipal de Acessibilidade da Cidade de Niterói/RJ, tendo esse material sido obtido diretamente nas fontes produtoras ou por meio dos sítios correspondentes da internet.

3.4.2 Roteiro de entrevistas

Para Silva (2012), o roteiro de entrevista elaborado para avaliações tem sempre seu propósito definido previamente pelo avaliador. Trata-se de uma conversa entre este e o entrevistado, que deve ter a exata noção que detém um conhecimento importante para o entrevistador. Já para estudiosos como Gil (1987), Kerlinger e Lee (2000) e Vergara (2000), a entrevista é um caso de interação face a face no qual uma pessoa, no caso o entrevistador, sugere a outra pessoa, o entrevistado, perguntas que visam à obtenção de respostas relacionadas ao objeto do estudo. Bisquerra (1989, p. 103) simplifica, afirmando que a entrevista é “uma conversa entre duas pessoas iniciada pelo entrevistador com o propósito específico de obter informação relevante para uma investigação”.

Nesta avaliação, as entrevistas realizadas foram instrumento de coleta de informações relevantes, sendo possível com sua realização a obtenção de dados fundamentais para as respostas à questão formulada no processo avaliativo objeto deste estudo.

Na realização das entrevistas com especialistas (APÊNDICE A) foram contemplados atores, possuidores de notórios e relevantes saberes de aspectos presentes no contexto da elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade, como: um membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), o presidente da ANDEF; o primeiro presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro; uma assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social, especialista em atendimento às pessoas deficientes; e um economista e engenheiro.

Todos os especialistas são moradores de Niterói e, com exceção de um deles, possuidores de deficiência física ou motora. Além deles, foi, como já citado, também entrevistada a Secretária de Acessibilidade de Niterói, na condição de gestora da implementação do Plano.

A entrevista com a Secretária de Acessibilidade de Niterói (APÊNDICE B) teve a finalidade de apresentar uma visão da gestora do Plano, possibilitando, dessa forma,

a apresentação de alguns esclarecimentos no sentido de complementar ou, se for o caso, justificar possíveis contrapontos relacionados ao juízo de valor emitido nas análises dos especialistas.

Os entrevistados contribuíram substantivamente para elucidação de fatos ligados a esta avaliação. Acrescenta-se, também, que os mesmos foram selecionados por conhecerem informações em relação à implementação do Plano Municipal de Acessibilidade e por terem sido voluntários entrevistados sobre a visão que possuem a respeito do mesmo. Em todos os casos, foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados, em função do entendimento de que os entrevistados poderiam se expressar mais livremente, tendo mais a dizer do que a entrevistadora a perguntar.

Para a realização da análise do que foi coletado nas entrevistas, foi trabalhado o conceito de análise de conteúdo de Bardin (1988), conduzido pela autora, considerando pertinente citar que:

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, [...] não existe o “pronto a vestir” em análise de conteúdo [...] A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento. (BARDIN, 1988, p. 30).

Dessa forma, procurou-se seguir o pensamento do citado autor, ao afirmar que essas regras devem elencar no seu escopo características como exclusividade, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade.

A elaboração dos roteiros de entrevistas usados foi realizada no sentido de se atingir o objetivo proposto no mesmo, observando-se as peculiaridades existentes nas fontes investigadas. Não houve, em todos os casos, a realização da validação dos roteiros por especialistas em avaliação, com a finalidade de se verificar se os mesmos eram adequados para utilização neste estudo em particular.

Nesse aspecto, deve-se esclarecer que a elaboração dos roteiros foi fundamentada em um Quadro de Critérios já validado, produzido por autores consagrados no campo dos estudos avaliativos (CHIANCA; MARINO; SCHIESARI, 2005; WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Os roteiros de entrevistas e o Plano Municipal de Acessibilidade do Município de Niterói/RJ, além do Quadro de Critérios, foram apresentados a três especialistas

que atuam no campo profissional de apoio às pessoas deficientes, sendo classificados como apropriados para aplicação pelos mesmos.

O critério de elaboração dos roteiros teve a atenção voltada para alguns importantes aspectos como: sua precisão, sua clareza e a estruturação lógica e estética, além da quantidade e a organização das perguntas dentro de uma sequência coerente, tanto nos aspectos de sua compreensão pelos respondentes quanto a sua sequência lógico-cronológica.

Os canais utilizados para se contatar as organizações e as pessoas respondentes podem ser classificados como informais, pois foram realizados via contato pessoal. Esse fato proporcionou a esta investigadora trocar ideias e discutir determinados problemas com os respondentes, de forma a equacionar possíveis problemas e estreitar os laços de cooperação entre as partes envolvidas.

As entrevistas foram realizadas em diferentes momentos, nos meses de março e abril de 2018, em locais determinados pelos respondentes.

4 RESULTADOS

Este capítulo objetiva apresentar os resultados obtidos nos processos de coleta de dados que deram suporte ao estudo, apresentando, concomitantemente, as análises correspondentes a cada aspecto abordado no mesmo. A sua organização foi concebida para ser apresentada com a sequência exposta a seguir.

Primeiramente, são apresentados os resultados da realização das entrevistas, o que visa a conhecer o pensamento ordenado por meio de análises formuladas pelos cinco especialistas sobre acessibilidade em cada uma das categorias estabelecidas no Quadro 1, considerando, separadamente, cada eixo contemplado no Plano.

Essas análises objetivaram conhecer, segundo o pensamento dos especialistas, em que medida as categorias, sugeridas por Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) e Chianca, Marino e Schiesari (2005) (Processo, Conteúdo, Aplicabilidade e Efetividade), foram atendidas, de acordo com os critérios estabelecidos no estudo.

Em um segundo momento, o conteúdo desse primeiro passo foi enriquecido por informações resultantes da entrevista realizada com a Secretária de Acessibilidade do Município de Niterói, que expôs sua visão sobre o Plano, seguindo um roteiro semelhante ao aplicado aos demais especialistas.

Cabe esclarecer que os cinco especialistas respondentes das entrevistas realizadas foram identificados como E1, E2, ..., E5. A ordem de identificação foi aleatória, não correspondendo às suas identificações, conforme já apresentado neste estudo.

4.1 CATEGORIA PROCESSO

De acordo com o especialista E1, o Plano apresenta clareza em seus processos, pois acessibilidade não é apenas deslocamento, é preciso acesso aos serviços, e o Plano contempla todos os serviços necessários para a inclusão social do deficiente, expostos em seus oito eixos. Esse especialista afirma que:

No que se refere à elaboração do Plano, não consta a parte relacionada às necessidades de orçamento para a sua execução. No entanto, a Secretaria de Acessibilidade é um órgão de planejamento que depende de outros órgãos da administração local, sendo essa uma fragilidade para prever como serão cobertos os custos de sua implementação. Um outro aspecto importante, refere-se que a Lei

orçamentária, sendo aprovada, passa a existir uma possibilidade de solicitar suplementação de recursos. Porém, não fica claro em alguns eixos a origem dos recursos financeiros.

E1 ainda expressa a necessidade da existência de pessoas especializadas para atender ao que consta em alguns Eixos do Plano, afirmando que:

É necessário, também, que os sistemas de comunicação interna da administração pública funcionem bem, pois só dessa forma haverá um entendimento adequado no atendimento das necessidades existentes em sua totalidade. É importante citar que o Plano aborda a questão da necessidade da existência de pessoal especializado no atendimento ao público deficiente visual e com surdez. Ou seja, de pessoal especializado em Libras e Braile.

Em sua avaliação, o especialista E2 constatou que o Plano contempla e aborda todas essas questões com clareza. Em sua visão, a maior dificuldade está na implementação, pois segundo afirmou:

A efetivação se dá de uma maneira muito precária. Seja por um processo histórico de segregação das pessoas com deficiência, visto que, ainda hoje, apesar de ter havido um avanço nessa questão, ainda se tem muita dificuldade para produzir uma política adequada para os deficientes, tem muito espaço a se conquistar na sociedade. Na verdade, o plano está beneficiando indiretamente parcela significativa da sociedade, considerando-se que Niterói tem alto padrão de IDH, possuindo uma parcela grande de idosos.

Para E2, a abordagem utilizada no Plano também considera um grupo social formado por pessoas que não possuem qualquer tipo de deficiência, abraçando toda a sociedade de forma a tornar a vida melhor para todos.

Quanto à questão do pessoal técnico especializado estar contemplada no Plano, destaca:

A Prefeitura dispõe de uma Central de Libras que funciona que está a disponível aos usuários de quem atende. Esta Central atende a todos os eventos/seminários da prefeitura. Dessa forma, penso existir uma preocupação com a formação. A Secretaria de Acessibilidade planeja formar e efetivar outros profissionais para atender aos deficientes auditivos e visuais.

No entanto, segundo o especialista E3, os critérios dessa categoria estão contemplados no Plano, porém tratados de forma desigual, considerando seus oito eixos de atuação social. Os eixos Saúde e Educação são privilegiados em detrimento daqueles relacionados à Assistência Social, Habitação e Estacionamento, que são tratados de forma muito tímida.

Nesse ponto, E3 afirma:

Pelo que sei, os orçamentos para realização daquilo que o plano prevê é determinado pelos órgãos executores, detentores dos recursos. Nesse ponto, o plano é bastante prejudicado, pois tem que entrar na fila de prioridade desses órgãos. Aí, entra também o aspecto político, pois até que ponto é vantajoso politicamente apoiar projetos que darão triunfos à outra secretaria. No fim a acessibilidade entra no fim da fila de prioridades. Nesse ponto, considero que a ação do chefe do executivo local, o prefeito, deva interferir e disseminar ordens para que as necessidades da secretaria de acessibilidade passem a merecer a atenção que necessita.

E3 reconhece que o Plano trata de todas as questões, sendo em alguns pontos de forma clara e em outros intrinsecamente nas entrelinhas. Cabe a cada programa a ser criado em função do Plano atender às áreas específicas de cada eixo de ação. Acrescenta, também, que o Plano é um documento estratégico e não possui a necessidade de chegar a esse nível de detalhamento.

O especialista E4 corrobora essa visão ao afirmar que alguns eixos são apresentados com mais detalhes, afirmando:

Como o caso do eixo da Educação por exemplo. Nesse eixo foi realizada vistoria nas escolas que produziu diversos relatórios sobre as condições e necessidades das unidades de ensino pertencentes ao Município. O plano é bastante claro nesse aspecto. Com referência à saúde, também foram realizadas visitas e gerados relatórios. O Plano contempla essas informações. O mesmo ocorreu com relação às rampas e travessias.

Ainda segundo afirma E4, no que concerne a alguns eixos como Habitação, além de Rampas e Travessias, o Plano orienta que as ações a serem tomadas devem ser cumpridas com base no escopo da Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Quanto às calçadas, afirma ser o problema mais complexo, pois só recentemente esse tipo de via passou à responsabilidade do gestor público. O mesmo especialista ainda afirma que:

Os recursos que devem ser disponibilizados para execução daquilo que o plano prevê é de responsabilidade dos órgãos executores. Dessa forma, o plano prevê o que fazer considerando o que existe de recursos em relação às necessidades informadas pela Secretaria de Acessibilidade. O exemplo é o treinamento aos funcionários servidores da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos (SECONSER) com vista a atender as necessidades expostas na Eixo Rampas e Travessias. Outro exemplo é o apoio especializado que ocorreu na área de urbanismo.

Com relação à categoria Processos, o especialista E5 foi taxativo ao afirmar que as estratégias que irão implementar cada uma das ações existem, porém não possuem a necessária clareza. Cada eixo é apresentado com uma metodologia diferente. Possivelmente, isso ocorreu em função de a Secretaria de Acessibilidade se basear no processo de elaboração de cada metodologia considerando as respostas aos questionários a ela enviados e respondidos por profissionais que tiveram seu foco de atenção voltados para as peculiaridades de sua secretaria. No entanto, o Plano não é suficientemente explícito quanto à identificação dos aspectos relacionados aos recursos financeiros necessários à sua implementação.

4.2 CATEGORIA CONTEÚDO

Considerando a categoria Conteúdo, o Especialista E1 afiança que o Plano envolve todas as questões de forma pertinente, perpassando por todas e afirma que:

Tem que existir uma transversalidade entre os oito eixos, para tratar de todas elas concomitantemente e assim chegar a acessibilidade com a inclusão social de forma completa. Ou seja, tratar de todos os eixos para obter solução em sua integralidade.

Segundo E1, o documento cita a aplicação de questionários às demais secretarias e outros órgãos. Além disso, menciona também a realização de reuniões com diversas secretarias, todas envolvidas nos oito eixos para a discussão da elaboração e do tipo de apoio de cada uma delas. Informa, inclusive, que participou de algumas reuniões na fase de elaboração do Plano por parte da Secretaria de Participação Social, citando que “sem dúvida, há expressos no conteúdo do Plano aspectos de motivação e vontade e com isso as coisas acontecem. Vivemos na pele a dificuldade de um deficiente, independentemente de seu tipo, física ou motora”.

Com referência às informações relevantes, segundo E2 existe muita complexidade nesse conceito. Se não foram todas abordadas, com certeza as prioritárias, ou principais, constam do Plano. Como exemplo, o Especialista afirma:

Posso citar o fato de que tive a oportunidade de exercer a função de Secretário Municipal de Acessibilidade no período de 2012 até 2014, participei da pré-elaboração do Plano. Na época fiz uma varredura da cidade de Niterói levando em conta a liberdade de locomoção dos deficientes, dentre o conjunto de dificuldades existentes naquela época. Naquele momento, as mais preocupantes, com relação a locomoção, eram as rampas, travessias e calçadas. Pois, se não existe acesso a condições de locomoção nas vias públicas, significa que a pessoa com dificuldade de locomoção não vai a lugar algum (lazer, shopping, comercio, trabalho). Assim, tudo devia ser planejado para desobstruir as vias públicas da cidade e, com isso, melhorar a acessibilidade.

E2 ainda cita que, no sentido de se desobstruir as calçadas, foi feito um mapa de acessibilidade que se deparou com outros problemas, como o fato de que, ao estipular a prioridade do que será executado, o mesmo órgão faz vários outros tipos de serviços de conservação (troca de lâmpadas, limpeza de rios e canais), colocando a acessibilidade com uma prioridade baixa, ficando para trás as atividades nela previstas.

Em relação ao trabalho de mapeamento de todas as esquinas da cidade, esse foi realizado de forma detalhada, sendo apontadas todas as reformas e construções a serem feitas, mas o processo esbarrou, mais uma vez, na implementação. A preocupação específica em relação à efetivação não está na alçada de quem planeja, mas passa para outros órgãos da administração municipal. Desse modo, se o órgão responsável pela operacionalização não se apropria do que foi planejado originalmente pela Secretaria da Acessibilidade, pouca coisa se torna realidade.

Segundo E2, “desde 2009 a coordenadoria acumula um acervo de estudos realizados, com os tipos de necessidades de implantações [...], eu acho que está adequado”. E ainda: “Foi realizado em cima de experiências passadas e também da realidade dos especialistas das outras secretarias, e da própria coordenadoria de acessibilidade. Quem elabora sabe exatamente qual é linha de necessidades”.

Considerando todos os eixos abordados, por meio da leitura do Plano, E2 afirma que acreditar na sua efetividade é uma questão difícil de ser respondida, pois

a credibilidade de qualquer coisa está relacionada à vontade de dar credibilidade. O especialista complementa:

Eu posso ficar com o Plano no papel durante um, dois ou cinco anos, isso não deixa de dar credibilidade ao mesmo. Mas é preciso para que ele ganhe efetividade na sua credibilidade, a execução do que consta em seu conteúdo. A execução do plano depende de terceiros, o papel aceita o que você escreve e a efetivação de fato muitas vezes é diferente daquilo que se coloca no papel. Isso em relação a quem apresenta e também a que analisa. A indefinição da política pública prejudica a exequibilidade do Plano.

Para o especialista E3, o Plano apresenta uma introdução bastante objetiva e discorre adequadamente sobre os pontos que os autores consideram como os mais relevantes no contexto niteroiense. No entanto, segundo o especialista, o documento é tímido demais sobre alguns eixos que considera muito importantes. Como exemplo, cita o eixo referente à assistência social, no qual, segundo observou, apresenta somente sete proposições sobre um eixo de grande relevância. E3 afiança que “a maior parcela de deficientes que vivem em Niterói é formada por pessoas carentes. Inclusive, algumas das citadas proposições já são contempladas em outros eixos”. E3 acrescentou que:

Acredito que ao enviar as necessidades para cada órgão executor, a secretaria, em tese, teve suas intenções avaliadas e aprovadas ou não. Segundo tenho conhecimento, em alguns eixos como, por exemplo, rampas e travessias, houve um estudo detalhado por arte da própria secretaria de acessibilidade. No entanto, me parece que, nesse aspecto, só houve interesse em relação às rampas, sendo ignorado o problema das travessias que são, também, um grande problema para as pessoas deficientes e os idosos. Nossas vias, em alguns casos, são muito largas e a sinalização não dura o tempo necessário para as pessoas desse grupo social atravessarem as ruas com segurança. Muitas vezes temos que andar rápido demais e estamos sujeitos a quedas ou sermos ofendidos por pessoas mal-educadas e ignorantes.

E3 ainda citou que acredita que o Plano será apenas parcialmente atendido, ao afirmar que:

Nunca um documento dessa natureza e com essas características muito específicas, é atendido de forma plena. Além disso, algumas coisas são bastante difíceis de serem implementadas em uma cidade

não planejada como a nossa. Nossas calçadas são terríveis, nosso trânsito é um dos mais caóticos do país e nosso povo é muito mal-educado. Cabe ao poder público, através de seu empreendedorismo, contornar esses problemas e vencer as dificuldades existentes para tornar nossa cidade melhor.

Segundo o Especialista E4, os usuários, ou implementadores do Plano são gestores e técnicos de outros órgãos da administração pública do município. Apesar de as informações terem como principais mentores os gestores da Secretaria de Acessibilidade, todas as diretrizes em relação ao que é previsto para ser executado são oriundas de cada órgão executor, dependendo, então, da prioridade e vontade política existente em cada contexto.

E4 ainda informa que não é citada no Plano a realização de uma avaliação prévia do mesmo, observando que: “porém, é do meu conhecimento que o plano foi apresentado a outros atores do contexto da administração pública de Niterói e, para ser mais clara, foi apresentado ao próprio chefe do executivo para sua apreciação”.

Segundo E4, todos os eixos do Plano foram concebidos para serem implementados dentro das possibilidades de Niterói, considerando os recursos materiais, financeiros, humanos e políticos existentes, levando-se em conta as suas respectivas potencialidades.

Para o especialista E5 as questões referentes às informações relevantes sobre a utilização, aplicação e uso, considerando cada eixo de ação do Plano, não estão expostas de forma transparentes.

O Plano apresenta metas, porém elas são expostas de forma muito objetiva sem o devido detalhamento que auxiliaria conhecer alguns aspectos importantes como: quem, de fato, executaria cada tarefa, data exata de sua conclusão, etc.

E5 ainda salienta que o Plano não menciona se antes de seu planejamento e elaboração houve a realização de uma avaliação prévia do mesmo, realizada por especialista de cada eixo. No entanto, é contemplado o fato de existirem alguns pontos em que se cita a necessidade de pessoal especializado na Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) e também no ensino de Braille. Para E5 “o Plano procura fazer um diagnóstico de cada eixo, mas, no entanto, deixa em aberto várias questões importantes para sua efetiva implantação. É um bom começo de atitude por parte da administração da cidade, mas tem muito a melhorar”.

4.3 CATEGORIA APLICABILIDADE

Segundo o especialista E1, o Plano é adequado, mas depende da vontade dos gestores dos demais órgãos envolvidos na sua implementação ou aplicabilidade. É necessário que os gestores, responsáveis por outros órgãos da administração pública do Município, priorizem as ações necessárias à sua implementação, devendo levar-se em consideração as necessidades da área da acessibilidade, considerando as demais atribuições de cada órgão. Além disso, tem que se levar em consideração também a disponibilidade de apoio político e a disponibilidade de recursos necessários. Somente dessa forma, o Plano se torna exequível, pois passa a ter possibilidade de atender ao que é proposto nos seus diferentes eixos de ação.

Para E2, a legislação do Brasil sobre acessibilidade é bastante ampla. Os eixos do Plano contemplam os principais eixos do significado de acessibilidade. No entanto, a Secretaria de Acessibilidade é um órgão de planejamento, dependente de outros órgãos para a execução do que planeja. Nesse aspecto, E2 afirma defender a ideia de que “se este órgão pudesse ser também um órgão de execução, não só de planejamento, haveria muito mais facilidade de se executar aquilo que planejou, ou seja, não dependeria de terceiros para fazê-lo”.

Para E2, o Plano é adequado porque começa com questões que são extremamente relevantes para a vida das pessoas. Começa a tratar os temas naturalmente e avança para outras questões, inclusive prevê a possibilidade de se pensar em um replanejamento em caso de necessidade. As metas que foram estipuladas são totalmente exequíveis. Porém, dependem fundamentalmente da disposição de operacionalização por outros órgãos. Se não está na alçada de quem elaborou, o Plano fica, então, em um cenário difícil de prever.

Para E3, o Plano possui uma aplicabilidade adequada à realidade local. Tudo que ele expõe é representativo das reais necessidades da cidade, expostas de uma forma bastante realista. O especialista expõe:

É um Plano muito objetivo, sem rodeios ou sonhos absurdos, apresentando somente coisas realizáveis, à altura do que se pode fazer em uma cidade como a nossa. Porém a exequibilidade é duvidosa, porque o órgão que o produziu não possui autonomia financeira, ou seja, recurso, para realizar o que planejou, dependendo de outros órgãos da administração da cidade e da vontade política dos outros gestores municipais.

Segundo o especialista E4, o Plano é, indubitavelmente, tanto adequado quanto exequível. Foi feito por especialistas de forma a atender às necessidades apresentadas tanto na visão desses quanto de acordo com aquelas apresentadas por cada órgão setorial. No entanto, é bom frisar que a exequibilidade depende do contexto e do cenário político, bem como da vontade política dos administradores. O grupo social alvo de interesse do plano é muito pequeno em termos de poder político. O especialista exemplifica seu posicionamento: “Por exemplo, adaptar escola é possível? Adaptar posto de saúde é possível? Todos esses aspectos dependem da vontade política, apesar de serem necessidades reais, visíveis e de grande impacto para toda a sociedade”.

Já o especialista E5 afirmou:

Acredito que o Plano não seja adequado e exequível de forma plena, pois me parece que pouco foi feito e o cronograma não detalha as ações. As metas são pontuadas sem que seja mencionado como cada uma será implementada e nos prazos, apenas o ano é citado. Porém, considerando o conhecimento que possuo do contexto niteroiense, penso que tudo o que foi apresentado pode ser executado caso haja novos estudos em forma de formulação de programas para atacar os problemas existentes em cada eixo de ação.

4.4 CATEGORIA EFETIVIDADE

O especialista E1 afirma ser possível observar com clareza no Plano a relação de materiais de apoio (tipo e qualidade) que serão utilizados no decorrer das atividades previstas em seu desenvolvimento, por isso considera factível acreditar na sua efetividade. Entretanto, é bom lembrar que, por ser um documento estratégico, o Plano trabalha com uma visão de futuro. O especialista observa que “nesse caso, olhando para o que normalmente ocorre em nosso País quando se trata de discutir custos, tudo pode mudar de uma hora para outra. De qualquer forma, temos que priorizar sempre a qualidade aliada a um preço realista”.

E1 ainda afirma ser possível identificar no Plano uma definição esclarecedora sobre os resultados esperados com sua utilização, afirmando:

Com certeza, quando se faz um Plano sabemos exatamente aonde e quando queremos chegar. O Plano expõe os resultados esperados de forma clara. A acessibilidade é prioridade dentro da secretaria de acessibilidade. Porém, isso não significa que a acessibilidade seja prioridade nas outras secretarias.

Em complemento, E1 afiança que o conhecimento do Plano possibilita aos seus leitores confiarem que a sua implementação será exitosa. Esse fato ocorre devido à representatividade à qualidade que o documento possui, além do fato de que o que nele é previsto atende aos princípios da exequibilidade.

Segundo E1, se discute a acessibilidade há pelo menos 20 anos em Niterói, com a pretensão de mostrar a importância da inclusão social. O especialista afirma ser muito importante que se entenda que a pessoa deficiente é capaz de buscar espaço tanto na vida social quanto no mercado de trabalho. Afirmou que se discute muito acessibilidade, mas falta implementação de fato. O Plano, então, torna-se um fator de motivação à melhoria dos aspectos ligados à acessibilidade na cidade.

Para o especialista E2, o Plano apresenta uma ideia genérica. Cada eixo apresenta diferentes necessidades de acordo com a sua área de atuação. Esse fato faz com que tudo comece na consciência das pessoas, em sua formação. O especialista afirma:

No meu pensamento, o esporte tem que se transformar em uma ferramenta de conscientização num mecanismo de divulgação, seja mídia impressa ou televisionada. Por meio do esporte e com apoio da mídia, a sociedade passa saber e entender que a pessoa deficiente pode competir e ganhar medalhas de maneira eficiente, também pode fazer todas as outras coisas como namorar, casar, ter filhos e trabalhar para garantir o seu sustento. Passa entender a sua dificuldade, sua capacidade de superação e, então, a apoiá-las.

E2 ainda salienta que a leitura do Plano é fácil e flui bem. E, mesmo quando se trata de uma questão técnica, o leitor vai entender perfeitamente. Essa facilidade em se compreender o Plano possibilita o surgimento de confiança em relação à implementação do mesmo.

Nesse aspecto, E2 complementa:

Como se impõe confiança? Bons exemplos e efetividade das suas ações. Este ano tem eleições que vai renovar congresso, vai trocar presidente, renovar assembleias. O sentimento da população é de descrença, de ânimo baixíssimo em relação a participação neste processo. A mesma coisa em relação ao Plano. Se você tem um Plano em que você olha e não vê implementação ou você vê baixa efetividade de implementação, o seu nível de confiabilidade naquilo está afetado, esse é mais um dos muitos que se faz, mas que não se implementa. Devemos persistir, porque é a efetividade que faz acontecer, o primeiro passo para a efetivação do Plano foi dado e com isso a melhoria em acessibilidade e inclusão social.

O especialista E3 considera também ser possível observar com clareza no Plano alguma relação de materiais de apoio (tipo e qualidade) que serão utilizados no decorrer das atividades previstas em seu desenvolvimento.

Porém, sobre esse aspecto, o especialista expõe:

Não considero essa questão muito relevante, pois o plano tem a função de mostrar o problema e definir, de modo estratégico, geral, a necessidade de que o problema seja resolvido, eliminado. Cabe aos órgãos executores, demais secretarias, determinar suas necessidades em termos de materiais necessários à implementação daquilo que lhes couber realizar.

E3 ainda salienta que além das proposições, o Plano apresenta metas para cada eixo de ação. Contudo, “sem ser repetitivo, o alcance dos objetivos finais está nas mãos do Prefeito e demais órgãos que executarão aquilo que o plano contempla como necessidade”.

Por fim, E3 afirma que o Plano possui potencialidades para que seus leitores (usuários/afetados) o compreendam bem. Esse conhecimento possibilita surgir, em cada leitor, um sentimento de confiança em relação à implementação daquilo que é previsto no mesmo. No entanto, E3 alerta que:

O problema é que ninguém conhece o Plano. Eu só conheci porque você veio me entrevistar e antecipadamente me enviou o Plano para eu ler e tomar conhecimento de seu teor. O público em geral não sabe que o Plano existe, pois nem na internet ele está disponibilizado. Encontrei referências a ele, mas não o seu conteúdo.

Para o especialista E4, todo tipo de material previsto para o Plano ser efetivamente implantado já existe. Esse material faz parte do planejamento de cada secretaria que é contemplada no Plano para auxiliar com informações sobre a execução das atividades prognosticadas no mesmo. Ou seja, as secretarias, ao responderem aos questionários enviados pela Acessibilidade, não se comprometeram a fazer o impossível, mas aquilo que elas tenham condições de executar dentro dos recursos a elas destinados pelo executivo municipal.

E4 complementa, informando:

Espera-se o cumprimento das metas traçadas no Plano, no entanto, como já citei, esse cumprimento depende dos órgãos executores, levando-se em consideração as prioridades estipuladas por cada um

deles. Esse aspecto, muitas vezes, é dependente da sensibilidade dos gestores de cada órgão. O plano é completamente inteligível, tendo uma expressão escrita simples e de fácil entendimento.

Segundo afirma o especialista E5, não foi possível observar com clareza no Plano alguma relação de materiais de apoio (tipo e qualidade) que serão utilizados no decorrer das atividades previstas em seu desenvolvimento, pois esse detalhe não foi abordado com nitidez, apenas de forma genérica (porta acessível, balcão adaptado, etc.).

E5 ainda expõe que a questão da identificação no Plano de uma definição esclarecedora sobre os resultados esperados com sua utilização está implícita em alguns trechos, mas apenas de forma generalizada. O especialista afirma acreditar “que o esperado seja o cumprimento das metas estipuladas, pois somente dessa forma os objetivos traçados serão alcançados”.

Considerando o conhecimento do Plano por parte do público nele interessado, E5 avalia que esse ponto representa uma interrogação, citando que:

Foi feito um diagnóstico da situação, projeção de como seria o ideal, mas como se chegaria a esse resultado não ficou claro. Deve-se levar em consideração, também, os diferentes níveis educacionais das pessoas que serão afetadas pelos resultados da implantação do que o Plano prevê.

4.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS FORMULADAS PELOS ESPECIALISTAS

Em complemento às entrevistas das quais participaram, os especialistas, atendendo à entrevistadora, expressaram alguns pensamentos considerados relevantes no sentido de um maior entendimento do objeto de estudo e sua importância para a sociedade niteroiense.

O especialista E1 citou que a “evolução e tecnologia avançam a cada dia, tenho a esperança de ter mais acessibilidade de uma forma mais livre e independente, motivação e vontade efetiva de que as coisas aconteçam”. Também afirma que no setor público existem pessoas com o mesmo desejo de mudar a sociedade, de modo a torná-la mais inclusiva e com igualdade de condições. Salienta, ainda, o fato de que a idealização do Plano foi para que efetivamente fosse implementado. Complementando, acrescentou: “mas a sua execução não depende de quem o formulou e isso torna o seu sucesso um tanto quanto imprevisível”.

E2 citou que a Secretaria de Acessibilidade possui dificuldades de fazer uma consulta mais abrangente à população, de forma a que haja uma participação maior nos processos de elaboração do Plano Municipal de Acessibilidade de Niterói. Para o especialista seria bom que todos participassem, conforme ele defende ao apontar que “a pessoa pode até ser engajada, mas isso não significa que ela tenha a consciência total da dificuldade”, pois: “se uma pessoa deficiente e outra não deficiente se depararem com obstáculos arquitetônicos ou escada pela frente, um sobe e o outro fica. Seu nível de consciência está relacionado com seu nível de dificuldade”.

Para o mesmo especialista, as coisas relacionadas à acessibilidade tocam todos, seja no âmbito da habitação, do trabalho ou da administração pública dos diversos escalões, de acordo com a conjuntura em que se vive. Ninguém espera que um filho nasça deficiente. Segundo sua visão, a sociedade impõe que seus filhos serão saudáveis e, quando nasce uma criança com alguma deficiência, a pessoa muda sua concepção, muda a sua vida. Vai ter que entender melhor o problema. O primeiro sentimento é o de fracasso, o que leva à busca do culpado. Essa busca, por sua vez, pode levar ao rompimento da relação familiar em muitas situações. Então, vem a força para enfrentar a situação e tentar levar a vida o mais próximo do normal, dentro da sua realidade.

E2 cita:

Você vai ganhando adeptos na medida em que você vai se mostrando receptivo às coisas, eu estou sempre disposto a contribuir para que as coisas aconteçam. A vida, ela é feita de trocas e quando ajudamos recebemos o bem. Só sabe quem passa a viver essa situação e ninguém está livre disso.

Na visão de E3, esse plano é um grande avanço. Segundo afirma, Niterói sempre cuidou da acessibilidade de seus habitantes, mas não de forma tecnicamente planejada. É uma iniciativa do mais elevado valor social. Para ele:

Os moradores de Niterói um dia envelhecerão, muitas senhoras engravidarão e outras conduzirão seus filhos em carrinhos de bebês. Infelizmente, alguns se acidentarão e poderão adquirir uma deficiência. Assim é a vida. O Plano traz esperança de um futuro melhor para toda a cidade. Pois tudo que é feito de forma planejada acaba trazendo mais e melhores benefícios à população. Niterói está de parabéns.

Na opinião do especialista E4, hoje a palavra acessibilidade está na moda. Muitas das contribuições para a ocorrência desse fenômeno social vêm, entre outros aspectos, do envelhecimento da população e das pressões internacionais. Segundo afirma, na última avaliação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo¹, o Brasil levou um “puxão de orelha”, principalmente porque a citada Convenção possui o *status* de emenda constitucional.

O especialista cita ainda outro importante aspecto, considerando o contexto da cidade de Niterói, no qual o assunto acessibilidade tem como principais gestores pessoas com algum tipo de deficiência. Ou seja, não são apenas especialistas no assunto, mas também sofrem a consequência social de seus efeitos.

Por fim, o especialista E5 declarou que o Plano parece ser mais um documento que pretende chegar a ações de alcance social que, possivelmente, permanecerão apenas no papel, considerando sua plenitude, sem que o propósito de tais ações, a saber, portadores de deficiência, idosos, etc. sejam beneficiados de forma plena.

E5 ainda afirmou que, além de fazer um diagnóstico da situação atual em relação a cada eixo em que a cidade de Niterói apresenta carências, o Plano deveria propor as melhorias necessárias de forma mais clara e abrangente para todos os eixos considerados. Seria, também, importante que outros aspectos fossem abordados (estratégias, aplicação, utilização, materiais, recursos humanos e financeiros, cronograma detalhado de cada fase etc.), mencionando como cada um desses aspectos será planejado, desenvolvido, executado e avaliado.

4.6 CONSIDERAÇÕES DA GESTORA DO PLANO

Na perspectiva de explicar como surgiu a ideia de implementar um Plano para melhorar a acessibilidade em Niterói, além de como eram realizadas as ações referentes a esse problema social na cidade antes do mesmo ser implementado, a gestora do Plano afirmou:

Fui a primeira Secretária em Acessibilidade, sendo assim meu primeiro desafio era implementar uma política de acessibilidade no estado. O Plano foi feito da necessidade de Niterói, que possui uma característica muito diferenciada dos outros municípios do estado,

¹ A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e seu Protocolo Facultativo, foi assinada em Nova York, em 30 de março de 2007, sendo promulgada pelo Decreto do Presidente da República nº 6.949 (BRASIL, 2009).

uma vez que a cidade de Niterói começou a pensar em acessibilidade muito antes das outras cidades. Alguns objetivos foram alcançados outros não, nós estamos revendo o plano.

Ao ser questionada sobre o fato de a Secretaria de Acessibilidade ser um órgão de planejamento, dependendo, com isso, de outros órgãos da administração municipal para executar operacionalmente o que o Plano contempla, e também como a Secretaria trabalhou no sentido de torná-lo um instrumento possuidor de clareza na apresentação de seus eixos, a secretária disse trabalhar na transversalidade das ações e assim depender da sensibilização dos outros gestores públicos.

E complementou dizendo que:

Geralmente isso nem sempre acontece. O maior problema está na sensibilização das pessoas. Tem que ter uma política pública voltada para a acessibilidade. Tem que haver a responsabilidade de definir a situação/perfil de cada uma das secretarias.

Em relação à realização de uma avaliação prévia do Plano, antes de seu planejamento, elaboração e implementação, a gestora afirmou que esse fato ocorreu, considerando que cada um dos eixos contemplados no Plano recebeu apoio de todas as secretarias no que diz respeito às respostas dos questionários feitos pela Secretaria de Acessibilidade, com as informações solicitadas sobre cada eixo em separado. E ressaltou:

Fomos prontamente atendidos, para então tomar ciência da realidade da cidade e iniciar o planejamento e a elaboração do plano. Também foram efetuadas vistorias pela cidade para a devida certificação do problema a ser discutido na elaboração do plano.

Desse modo, ainda que fora dos padrões técnico-científicos e não seguindo qualquer metodologia de realização, no entendimento da Secretária, a avaliação ocorreu da forma mais adequada e possível no momento imediatamente anterior à implementação do Plano.

Desse modo, quanto aos aspectos da adequação e da exequibilidade do Plano, segundo a gestora, o cronograma proposto para o desenvolvimento dos trabalhos teve a influência dos órgãos que apoiaram, por meio de fornecimento de informação, a sua elaboração.

Como afirmou, foram discutidos os problemas com os gestores dos outros órgãos, sendo as informações recebidas por meio das respostas aos questionários e em função de vistorias realizadas nos contextos que necessitavam de intervenções.

E completou:

Então pegamos as informações mais necessárias e traçamos prioridades de acordo com as necessidades que foram vislumbradas naquela época. As metas apresentadas, na verdade se tratam de um diagnóstico feito na época, foram colocadas de acordo com a necessidade da época da elaboração.

Quanto aos recursos financeiros necessários à implementação do Plano, e a autonomia da Secretaria de Acessibilidade com relação a esse aspecto, segundo a secretária, quando foram feitas as leis orçamentárias, alguns órgãos já tinham incluído, de forma autônoma, a natureza de despesa relacionada às verbas destinadas para a acessibilidade e o assunto já tinha sido discutido entre os órgãos.

Segundo a executiva, “as secretarias mais sensíveis já sinalizam o quanto seria destinado para a acessibilidade. Algumas secretarias nós temos convicção que fazem espontaneamente, outros nós temos que sensibilizar e solicitar”.

A secretária também afirmou que Niterói tem como princípio atender a todas as áreas de deficiência existentes na cidade, considerando a disponibilidade de pessoal técnico especializado em cada eixo e suas respectivas categorias. Em complemento disse que “temos para oferecer e damos alternativas, em algumas secretarias temos especialistas, e contamos, por exemplo, com o apoio da APADA, que sempre oferece curso de LIBRAS”.

Considerando o atual contexto e o cenário esperado para a cidade de Niterói, a secretária afirma acreditar na efetividade do Plano, declarando:

Hoje nós chegamos a um grau tão grande de compreensão da necessidade da acessibilidade, com relação a alguns secretários, que só o fato deles apoiarem e não terem terminado com a secretaria de acessibilidade, eu já acho que é bastante viável.

No entanto, a executiva reconhece que o Plano não está em nível de ser interpretado por grande parte daqueles que serão afetados por seus resultados e declara que:

Agora estamos fazendo uma documentação para a questão da ONU, um formato onde as pessoas que não são técnicas possam estar entendendo e aproveitar e já incluir uma visão mais ampliada, mais atual e global porque temos que ser acessível ao máximo que pudermos, aproveitando para divulgar o que estamos fazendo, e que não paramos com o projeto da cidade acessível.

O fato de não ter sido realizada uma consulta pública no sentido de prospectar ideias sobre a melhor maneira de implementar o Plano, apenas uma conversa informal com especialistas da área sobre as necessidades de acessibilidade da cidade de Niterói, deveu-se à decisão dos gestores da Secretaria de Acessibilidade.

4.7 NÍVEIS DE ATENDIMENTO DO PLANO

Nesta parte do estudo é apresentada uma síntese das análises formuladas pelos especialistas que avaliaram o Plano Municipal de Acessibilidade do município de Niterói, considerando o atendimento aos parâmetros expostos no Quadro de Categorias e Critérios Gerais estabelecidos para este estudo avaliativo.

➤ **Categoria Processo**

Segundo os especialistas E1, E2 e E4, o Plano apresenta clareza na apresentação dos principais parâmetros, como a estratégia seguida nos processos de sua produção. Porém o especialista E3 afirma que esse aspecto é prejudicado pela forma desigual em que são abordados no Plano seus diferentes eixos de ação, com privilégio para os aspectos relacionados aos eixos da Saúde e da Educação. Em outra visão discordante, um dos especialistas afirma que, em relação à categoria Processo, o Plano é por demais sintético, não apresentando a necessária clareza em todo seu conteúdo.

Na visão exposta pela autora do estudo, na maioria dos eixos, excetuando-se o eixo Transporte Público, o Plano apresenta bom nível de clareza na apresentação de seus parâmetros, revelando, no entanto, pontos que necessitam ser melhorados.

Quanto aos aspectos da adequação e exequibilidade, o pensamento é unânime em considerar o Plano como satisfatório em relação ao propósito de expor como será o desenvolvimento dos trabalhos. Todavia, alguns óbices são expostos, como o fato de a Secretaria de Acessibilidade não dispor dos recursos necessários à realização daquilo que planeja, pois, a execução é realizada por órgãos setoriais da Prefeitura.

Também nesse aspecto, é citado que o sistema de comunicação interna da administração pública do Município não funciona adequadamente.

Quanto à necessidade de expor os tipos de materiais e equipamentos a serem utilizados no desenvolvimento das atividades previstas para execução do planejado no documento, as maiores dificuldades também se referem ao fato de que a execução prevista no Plano depende de outros órgãos da administração local. Esse fato se repete em relação ao pessoal técnico especializado necessário à execução do Plano, pois não há no mesmo uma exposição clara sobre sua disponibilidade. No entanto, como afirmou o especialista E3, nesse último ponto deve-se considerar que por se tratar de um documento estratégico, não há a necessidade de o mesmo ater-se a esse tipo de detalhe.

O ponto negativo dessa categoria refere-se à falta de informações substantivas sobre a disponibilidade de recursos financeiros para a realização do que foi nele planejado. As referências a esse aspecto são subjetivas e incompletas. Além da conclusão da autora do estudo, a maior parte dos especialistas também chegou a essa conclusão, tendo um deles (E5) afirmado que “o Plano não é explícito quanto à identificação dos aspectos relacionados aos recursos financeiros necessários à sua implementação”.

Assim sendo, considerando os aspectos abordados, e mesmo tendo parte de seus parâmetros considerados aprovados pelos especialistas, considera-se que essa categoria foi classificada como parcialmente atendida pelo Plano.

➤ **Categoria Conteúdo**

Nessa categoria houve um compêndio de diferentes pensamentos a respeito de seu pleno atendimento. Segundo o especialista E1, o Plano envolve todas as questões de forma pertinente. Já para E2, em função da complexidade dos conceitos impostos pela Categoria Conteúdo, nem todas as questões foram abordadas, porém, as informações prioritárias foram colocadas de forma adequada e pertinente, enquanto E3 afirma que, nessa categoria, o Plano é demasiadamente tímido sobre alguns eixos que ele considera muito importantes. E4, por seu turno, afirma que o Plano atende ao que dele se espera em forma de conteúdo e, por fim, E5 expõe que as questões referentes às informações relevantes sobre cada eixo de ação não se encontram expostas de forma transparente.

De tal modo, considerando os pareceres formulados, considera-se que essa categoria foi classificada como parcialmente atendida.

➤ **Categoria Aplicabilidade**

O propósito dessa categoria é o de verificar se o Plano é claro ao expor aspectos de sua aplicação e uso, abordando possíveis necessidades de treinamento para utilizá-lo.

Nesse aspecto, os especialistas E1, E2 e E4 afirmam que o Plano é adequado, porém existindo uma dependência da vontade dos gestores dos demais órgãos envolvidos na sua implementação ou aplicabilidade, sendo necessário que cada um deles priorize as ações necessárias à sua implementação. Do contrário, sua aplicabilidade estará prejudicada.

Considerando a visão do especialista E3, o Plano também é aplicável em todos os aspectos, principalmente no que concerne à realidade da cidade de Niterói. Esse especialista alerta para a necessidade de a Secretaria da Acessibilidade passar a possuir seus próprios recursos no sentido de realizar o que planeja, sem ficar na dependência de outros órgãos da administração local.

O especialista E5 diz acreditar que o Plano não seja plenamente aplicável, pois segundo lhe parece, seu cronograma não detalha as ações por completo e as metas estabelecidas para todos os eixos são pontuadas sem que seja mencionado como cada uma delas será implementada, considerando os prazos quando apenas o ano é citado.

No parecer da autora deste estudo avaliativo, essa categoria foi atendida de forma bem significativa em todos os eixos considerados no Plano. No entanto, cabe registrar que não se encontram, no Plano, aspectos que se referem à necessidade de treinamento para os executores das diversas atividades nele previstas. Porém, em alguns eixos, essa necessidade se encontra subtendida, ou seja, está implícita em seus textos.

Considerando o exposto, pode-se inferir que a categoria Aplicabilidade atende aos critérios estabelecidos para a realização da avaliação do Plano, sendo, assim, classificada como atendida.

➤ Categoria Efetividade

Essa categoria refere-se à questão de que, após sua implantação, o Plano deve apreciar a possibilidade de estreitar os contatos com os demais órgãos da administração pública do município, visando a constatar se o desenvolvimento das atividades nele previstas estão sendo implementadas conforme o planejado. Os especialistas entrevistados e a autora do estudo concluíram, na quase totalidade das observações formuladas, que esse fato já é abordado no Plano, considerando, no entanto, a incerteza que causa na Secretaria de Acessibilidade a dependência que possui, levando em conta os processos de transformação de seu planejamento em ações efetivas para a melhoria da acessibilidade no município de Niterói.

Contudo, como ponto divergente, o especialista E5 afirmou acreditar que o Plano não seja efetivamente completo, pois o cronograma do mesmo não detalha as ações de forma adequada. Citou, ainda, que as metas são pontuadas sem que seja mencionado como cada uma será implementada e quais os prazos exatos, sendo apenas o ano citado. Porém, como acredita o especialista, considerando o conhecimento que possui do contexto niteroiense, tudo o que foi apresentado pode ser executado pela administração da cidade.

Assim, pode-se inferir que a categoria Efetividade atendeu aos critérios estabelecidos para sua avaliação podendo ser classificada como atendida.

O Quadro 3 expõe, de forma sintética, os resultados da avaliação, considerando cada categoria em separado e seus respectivos níveis de atendimento, discriminados por especialista.

Quadro 3 - Resumo do atendimento do Plano Municipal de Acessibilidade

Categorias	Especialistas	Nível de Atendimento por especialista	Nível de Atendimento do Plano
Processo	Especialista E1	Atendido	Parcialmente Atendido
	Especialista E2	Atendido	
	Especialista E3	Parcialmente Atendido	
	Especialista E4	Atendido	
	Especialista E5	Não Atendido	
Conteúdo	Especialista E1	Atendido	Parcialmente Atendido
	Especialista E2	Atendido	
	Especialista E3	Parcialmente Atendido	
	Especialista E4	Atendido	
	Especialista E5	Não Atendido	

(Continua)

(Conclusão)

Categorias	Especialistas	Nível de Atendimento por especialista	Nível de Atendimento do Plano
Aplicabilidade	Especialista E1	Atendido	Atendido
	Especialista E2	Atendido	
	Especialista E3	Atendido	
	Especialista E4	Atendido	
	Especialista E5	Parcialmente Atendido	
Efetividade	Especialista E1	Atendido	Atendido
	Especialista E2	Atendido	
	Especialista E3	Atendido	
	Especialista E4	Atendido	
	Especialista E5	Parcialmente Atendido	

Fonte: A autora (2018).

4.8 CONCLUSÕES

Fundamentando-se nas diferentes visões dos especialistas e levando em consideração os critérios estabelecidos para a condução deste estudo avaliativo, pode-se concluir que o Plano Municipal de Acessibilidade de Niterói, em termos da qualidade de seu conteúdo, alcançou de modo parcial os objetivos para quais foi proposto.

O estudo mostrou que o Plano apresenta algumas fragilidades, considerando as categorias eleitas na metodologia de sua avaliação, principalmente nos aspectos referentes à clareza na apresentação de seus principais parâmetros e na estratégia seguida na sua elaboração.

No tocante aos oito eixos de ação considerados, foi observado um tratamento desigual em suas exposições, com prejuízos para os parâmetros pertinentes a alguns eixos, como os da Assistência Social, Habitação e Estacionamentos. Esses eixos foram apresentados de forma tímida, dando a impressão de estarem inacabados e possibilitando o surgimento de dúvidas na interpretação dos cenários esperados para sua consecução.

Em alguns pontos, não foi devidamente esclarecido como os trabalhos seriam desenvolvidos junto aos demais órgãos da administração pública local, considerando-se a disponibilidade dos bens físicos, financeiros e de recursos humanos necessários para o desenvolvimento das atividades previstas.

De um modo geral, o Plano esclarece aspectos sobre os resultados esperados com sua utilização. No entanto, não contempla a necessidade de realização de avaliações prévias sobre as atividades que serão executadas na maior parte de seus

eixos, efetivadas por especialistas em cada um deles, de modo a se evitar possíveis erros ou desvios de curso em suas implementações. Com isso, é comprometida a necessidade de se adquirir novos conhecimentos em relação à maior parte do que é expresso em seu escopo, considerando a importância de se contemplar outros modos de se ver uma determinada realidade.

De outro modo, no que se refere aos parâmetros relacionados à aplicabilidade do que o documento prevê, além da efetividade das ações a serem implementadas, os resultados desse estudo levam a inferir que essas duas categorias foram atendidas satisfatoriamente.

Em sua implementação, embora considerando apenas parte dos eixos, ficou constatado que o documento contempla a realização de contatos com outros órgãos da administração pública do município, procurando com isso garantir o desenvolvimento das atividades nele previstas conforme o planejado, no sentido de orientar as políticas públicas implantadas para o atendimento das pessoas que possuam necessidades especiais na cidade de Niterói.

Nesse aspecto, deve-se observar a afirmação da Secretária Municipal de Acessibilidade de Niterói de que a Secretaria de Acessibilidade trabalha na transversalidade das ações e, com isso, depende da sensibilização dos demais secretários e gestores de outros órgãos público do Município. Segundo a executiva, “geralmente isso nem sempre acontece. O maior problema está na sensibilização das pessoas. Tem que haver uma política pública voltada para a acessibilidade”. Ou seja, tem que haver a responsabilidade de definir a situação/perfil de cada uma das secretarias em relação ao que deve ser executado em função da implementação do Plano.

A Secretária disse acreditar na efetividade do Plano pois, conforme afirmou, Niterói atingiu “um grau tão grande de compreensão da necessidade da acessibilidade, com relação a alguns secretários, que só o fato deles apoiarem esse projeto já é um grande passo para se viabilizar o Plano”.

Desse modo, considerando uma visão holística, apesar da constatação de que o Plano Municipal de Acessibilidade possui qualidade satisfatória e apoio da administração pública local, também é notório que alguns aspectos relacionados ao seu conteúdo e intencionalidade necessitam serem aprimorados.

É indiscutível que a implementação do Plano Municipal de Acessibilidade representa uma iniciativa de grande valor da administração pública do município de

Niterói. O Plano possui a representatividade maior do que a de um simples documento. É um vetor de estímulo à motivação, tanto para as pessoas deficientes e/ou com mobilidade reduzida, como para todos os cidadãos da cidade, pois direta ou indiretamente toda a população local é beneficiada com seus resultados.

Para a Secretária de Acessibilidade, o Plano foi idealizado e implementado em função das peculiaridades de Niterói, que possui uma característica muito diferenciada dos outros municípios do Estado do Rio, uma vez que a cidade começou a se preocupar com acessibilidade muito antes das demais, tendo alguns objetivos sido alcançados, e outros não. A executiva informou que o Plano está sendo revisto.

Concluindo, a autora deste estudo considera que a própria realização deste estudo avaliativo traz um significado especial, não apenas de intencionar promover melhorias no documento, mas de proporcionar ao mesmo uma maior publicidade, no sentido de se instigar a curiosidade de outros estudiosos sobre esse importante tema de ordem social.

4.9 RECOMENDAÇÕES

A seguir, são apresentadas algumas recomendações/sugestões da autora do estudo, decorrentes dos resultados do mesmo, objetivando contribuir para a melhoria do Plano junto aos seus elaboradores, ou seja, os gestores da Secretaria Municipal de Acessibilidade da Cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Assim sendo, considerando a necessidade de melhoria do documento expressa nos resultados deste estudo, recomenda-se, em relação a outros documentos de teores semelhantes ao Plano Municipal de Acessibilidade, que:

- 1) Seja realizado um processo de divulgação do Plano, disponibilizando-o na *Internet*, por meio do sítio da Prefeitura Municipal de Niterói/RJ.
- 2) Sejam estabelecidos critérios para a exposição de cada um dos eixos contemplados nos documentos, considerando os principais parâmetros da estratégia seguida em suas elaborações, com a finalidade de impor uma padronização na sua apresentação.
- 3) Sejam disponibilizadas, nos próximos Planos, informações mais completas das necessidades relacionadas aos bens físicos, financeiros e de recursos humanos essenciais para o desenvolvimento das atividades neles previstas.

4) Os futuros documentos de planejamento idealizados pela Secretaria de Acessibilidade sejam avaliados tanto no modo formativo (durante seu planejamento e elaboração) quanto no modo somativo (após sua conclusão).

5) Sejam constituídas, treinadas e efetivadas equipes especializadas em cada área de ação social contemplada no Plano para atuarem na fiscalização no que se refere à acessibilidade relacionada ao acesso aos bens e vias públicas da cidade.

6) A Secretaria de Acessibilidade realize consultas públicas no sentido de conhecer o pensamento da população afetada pelos planejamentos implementados pela mesma.

7) As metas a serem atingidas pelo seu planejamento façam parte do Plano de forma mais completa e detalhada.

8) Seja feita uma avaliação do impacto do Plano no sentido de se conhecer se os objetivos do mesmo foram alcançados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_enerico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO NITEROIENSE DOS DEFICIENTES FÍSICOS. *Institucional: história*. Niterói, RJ, 2017. Disponível em: <<http://www.andef.org.br/institucional/historia#1981>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

ANDRADE, M. S. A.; PACHECO, M. L.; FARIAS, S. S. P. Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior. *Revista Digital de Pesquisa CONQUER*, [S.l.], v. 1, 2007.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão Social e Municipalização. In: MANZINI, E. J. *Educação especial: temas atuais*. Marília, SP: Unesp Publicações, 2000.

ARAUJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência*. 3. ed. Brasília: CORDE, 2009.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

BISQUERRA, Rafael. *Métodos de investigación educativa: guíapráctica*. Barcelona: CEAC, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa*, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. [*Diário Oficial da República Federativa*], Brasília, DF, 26 ago. 2009.

_____. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. 4. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa*, Brasília, DF, 25 out. 1989.

_____. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. [*Diário Oficial da República Federativa*], Brasília, DF, 9 nov. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da República Federativa*, Brasília, DF, 7 jul. 2015a. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa*, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 2 jul. 2016.

_____. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana: revoga dispositivos das Decretos-Leis nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa*, Brasília, DF, 4 jan. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Acessibilidade*. Brasília, DF, 2015b. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/acessibilidade-0>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/conade>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CASTRO, Jary de Carvalho. *Ir e vir: acessibilidade: compromisso de cada um*. Campo Grande, MS: CREA, 2013.

CHIANCA, Thomaz, MARINO, Eduardo, SCHIESARI, Laura. *Desenvolvendo a Cultura de Avaliação em organizações da sociedade civil*. São Paulo: Global Editora, 2005.

CRANE, Diana. *Invisible colleges: diffusion of knowledge in scientific communities*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

CRONBACH, Lee J. *Toward reform of program evaluation*. San Francisco: Jossey-Bass, 1980.

FEIJÓ, Alessandro Rahbani Aragão, PINHEIRO, Tayssa de Paiva Mohana. Cidades inclusivas: acessibilidade como instrumento da sustentabilidade. *Universitas e Direito*. Curitiba, 2012.

FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão, BRITO, Viviane Gomes de. Planejamento urbano e acessibilidade: o direito a uma cidade inclusiva. *Revista do CEDS*. São Luiz, v. 1, n. 2, mar./jul. 2015. Disponível em: <<http://www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

FRANÇA, Inacia Sátiro Xavier de, PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Acessibilidade das pessoas com deficiência ao sus: fragmentos históricos e desafios atuais. *Rev. RENE.*, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 129-137, abr./jun. Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/5050/3708>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

GALEGO, Carla; GOMES, Alberto A. Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Rev. Lusófona de Educação* [online]., [S.l.], n. 5, p. 173-184. 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GOFFMAN, Asylums. *Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Chicago: Aldine Publishing Co, 1961.

IBDD. INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. *O IBDD*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.ibdd.org.br/quem-somos.asp?t=>>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo de 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/sobre-censo.html>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

KADUSHIN, Charles. Networks and circles in the production of culture. In: PETERSON, R. A. (Ed.). *The production of culture*. Beverly Hills: Sage, 1976.

KERLINGER, Fred N.; LEE, Howard B. *Foundations of behavioral research*, 4. ed. Orlando: Harcourt College Publishers, 2000.

LAMÔNICA, Dionísia A. C. et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. *Revista Brasileira de Educação Especial*. [S.l.], v. 14, n. 2. Marília, SP, 2008.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEMO, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Revista Psicologia & Sociedade*, [S.l.], n. 21, p. 353-357, 2009. Disponível em: <<http://www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARCHETTI, Renato; PRADO, Paulo H. M. Avaliação da satisfação do consumidor utilizando o método de equações estruturais: um modelo aplicado ao setor elétrico brasileiro. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, out./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v8n4/v8n4a02.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MORGAN, David L. *The focus group guide-book*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

NITERÓI. (RJ) Prefeitura. *Plano Municipal de Acessibilidade de Niterói*. Niterói, RJ: Coordenadoria Municipal de Acessibilidade e Cidadania. 2013a.

NITERÓI. (RJ) Prefeitura. *Decreto nº 11.354*, de 8 fevereiro de 2013. Determina a implantação de grupo de trabalho para elaboração do plano municipal de acessibilidade. Niterói, RJ, 2013b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/decreto/2013/1135/11354/decreto-n-11354-2013-determina-a-implantacao-de-grupo-de-trabalho-para-elaboracao-do-plano-municipal-de-acessibilidade>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

NERI, Marcelo et al. *Retratos da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2003. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/deficiencia_br/PDF/PPD_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2017.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*, [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.un.org/disabilities/convention/conventionfull.shtml>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

PESSOTI, Isaias. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: EDUSP, 1984.

PRICE, Derick J. de S. *O desenvolvimento da ciência*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

RAYMUNDO, Valéria Pinheiro. Construção e validação de instrumentos: um desafio para a psicolinguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 86-93, jul./set. 2009. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/5768/4188>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

RODRIGUES, Daniel Souto et al. *Uma abordagem multicritério para a avaliação da acessibilidade: contribuições para o desenvolvimento sustentável em cidades portuguesas e brasileiras*. p. 98-117, 2004.

SILVA, Angela Carrancho. Entrevista. In: ELLIOT, Ligia Gomes (Org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa*. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2012.

SILVA, Otto M. *A epopeia ignorada*. São Paulo: CEDA, 1987.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Conceito de acessibilidade. *Escola da gente on-line*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

TORRES, Francisco Delar. *Sistemas de transporte turístico*. São Paulo: Roca, 2002.

VASCONCELLOS, Beatriz Cunha de; BARROS, Patrícia Quadros. O desafio da promoção da acessibilidade urbana em espaços públicos consolidados: Reflexões a partir do caso da cidade de Niterói – RJ. *Cadernos PROARQ19*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<http://www.proarq.fau.ufrj.br/revista/public/docs/Proarq19_ODesafiaPromocao_VasconcellosBarros.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WAGNER, Luciane Carniel et al. Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. *Ciência em Movimento*, ano 7, n. 23, 2010. Porto Alegre, 2010. Disponível em:
<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/RS/article/viewFile/94/58>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista com Especialistas

Perfil dos respondentes

1. Nome: _____
2. Profissão: _____
3. Onde trabalha: _____
4. Possui alguma deficiência ou dificuldade de locomoção? Caso possua, você pode definir o tipo? _____
5. Em relação a cidade de Niterói vive, frequenta ou trabalha? _____

Questões relacionada ao Plano Municipal de Acessibilidade

Considerando os oito eixos contemplados no Plano (Saúde, Educação, Assistência Social, Rampas e Travessias, Estacionamentos, Transportes Públicos, Cultura e Habitação), responda:

6. O Plano apresenta clareza na apresentação dos principais parâmetros, como a estratégia seguida nos processos de implementação de cada uma delas?

7. São previstas no Plano informações relevantes sobre sua utilização, aplicação e uso considerando cada eixo de ação.

8. Em seu pensamento pode-se considerar que se trata de um Plano adequado e exequível de acordo com o cronograma proposto para o desenvolvimento dos trabalhos?

9. É possível se observar com clareza no Plano alguma relação de materiais de apoio (tipo e qualidade) que seriam utilizados no decorrer das atividades previstas em seu desenvolvimento?

-
-
10. É possível, na leitura do Plano, identificar aspectos relacionados aos recursos financeiros necessários à sua implementação?

11. Nele se encontram expressas de forma clara a necessidade e a disponibilidade de pessoal técnico especializado em cada eixo e suas respectivas categorias (Processo, Conteúdo, Aplicabilidade e Efetividade)? É previsto treinamento para seus implementadores?

12. É possível identificar no Plano uma definição esclarecedora sobre os resultados esperados com sua utilização?

13. Antes de seu planejamento e elaboração houve a realização de uma avaliação prévia do Plano, realizada por especialista de cada eixo considerado no mesmo?

14. Considerando todos os eixos abordados, por meio da leitura do Plano é possível acreditar na sua efetividade?

15. O conhecimento do Plano possibilita aos usuários/afetados o surgimento de um sentimento de confiança em relação à implementação daquilo que o Plano prevê?

16. Você tem conhecimento se houve uma consulta pública antes da elaboração do Plano, no sentido de se obter informações importantes da sociedade local interessada na sua implementação?

17. Gostaria de acrescentar algo? Alguma observação para agregar na nossa pesquisa?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Secretária de Acessibilidade do Município de Niterói/RJ

1. Nome: _____
2. Profissão: _____
3. Possui alguma deficiência ou dificuldade de locomoção? Caso possua, você pode definir o tipo? _____
4. Em relação a cidade de Niterói vive, frequenta ou trabalha? Vive _____

Considerando os oito eixos contempladas no Plano (Saúde, Educação, Assistência Social, Rampas e Travessias, Estacionamentos, Transportes Públicos, Cultura e Habitação), responda:

5. Como surgiu o pensamento de implementar um plano para melhorar a acessibilidade em Niterói? Como eram realizadas as ações referentes a esse problema social na cidade antes do mesmo ser implementado?

6. Considerando que a Secretaria de Acessibilidade é um órgão de planejamento, dependendo, com isso, de outros órgãos da administração municipal para executar operacionalmente o que Plano contempla, como a Secretaria trabalhou no sentido de torná-lo um instrumento possuidor de clareza na apresentação de seus eixos, como as estratégias seguidas nos processos de implementação de cada uma delas?

7. Antes de seu planejamento e elaboração houve a realização de uma avaliação prévia do Plano, realizada por especialista de cada eixo considerado no mesmo?

8. Quanto à adequação e à exequibilidade, o cronograma proposto para o desenvolvimento dos trabalhos teve a influência dos órgãos que apoiaram por meio de fornecimento de informação, a sua elaboração?

9. Os recursos financeiros necessários à sua implementação foram definidos por cada órgão de apoio ou a Secretaria de Acessibilidade tem autonomia para definir esse importante parâmetro?

10. E considerando a disponibilidade de pessoal técnico especializado em cada eixo e suas respectivas categorias (Processo, Conteúdo, Aplicabilidade e Efetividade), a secretaria previu algum tipo de treinamento para seus implementadores?

11. Considerando o atual contexto e o cenário esperado para a cidade de Niterói, como a Secretaria define os resultados esperados com sua utilização? Ou seja, considerando todos os eixos abordados, por meio da leitura do Plano, é possível acreditar na sua efetividade?

12. O conhecimento do Plano possibilita aos usuários/afetados o surgimento de um sentimento de confiança em relação à implementação daquilo que o Plano prevê?

13. A Secretaria realizou uma consulta pública antes da elaboração do Plano, no sentido de se obter informações importantes da sociedade local interessada na sua implementação?

14. Gostaria de acrescentar algo? Alguma observação para agregar na nossa pesquisa?
